

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU EM*
LINGUÍSTICA

GISELE DE FREITAS PAULA OLIVEIRA

**A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO
DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA
QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS**

VITÓRIA

2011

GISELE DE FREITAS PAULA OLIVEIRA

**A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO
DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA
QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, área de pesquisa: Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Carvalho

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Oliveira, Gisele de Freitas Paula, 1983-

O48f A função de orientador argumentativo dos rótulos em artigo de
opinião : uma questão de entonação de valores sociais / Gisele de
Freitas Paula Oliveira. – 2011.

99 f. : il.

Orientador: José Augusto Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Rótulos. 2. Valores sociais. I. Carvalho, José Augusto, 1940-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 80

GISELE DE FREITAS PAULA OLIVEIRA

A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 31 de maio de 2011.

Comissão Examinadora

Professor Dr. José Augusto Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador e Presidente da Sessão e da Comissão
Examinadora

Professor Dr. Geraldo Tadeu Souza
Universidade Federal de São Carlos
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Professor Dr. Luciano Novaes Vidon
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, por sonhar os meus sonhos, ser fiel companheiro e amor da minha vida;

Ao meu filho por, sem entender bem o motivo, se conformar com a ausência da mãe; pelo sorriso sempre lindo e por ser a alegria da nossa casa;

À minha mãe Eni, que abriu mão de seus projetos para cuidar da nossa família e estar ao meu lado mais uma vez;

Ao meu pai Vicentino que, mesmo de longe, acompanhou esta caminhada;

Ao meu irmão Leonardo, pela assessoria nos assuntos econômicos;

Aos amigos da turma de 2009, pela agradável convivência, particularmente à Mayelli, Verônica, Yves, Juliene, Gesiene, Stefania e Mário, por serem grandes camaradas;

Ao meu orientador, professor JAC, pelo bom humor, pela sabedoria compartilhada e pelas muitas leituras realizadas;

À Professora Hilda de Oliveira Olympio, por participar da qualificação e fazer sugestões;

Ao Professor Luciano Vidon, por ter-se tornado companheiro e contribuir com o olhar bakthiniano;

Ao Professor Geraldo Tadeu Souza por participar da Comissão Examinadora desta dissertação;

A todos os mestres, por agregarem, de alguma forma, conhecimentos que se revelam nesta pesquisa e também por tantos outros que levarei pelo resto da vida,

À Facitec, pelo apoio financeiro.

“[...] a palavra viva, a palavra completa, não conhece um objeto como algo totalmente dado; o simples fato de que eu comecei a falar sobre ele já significa que eu assumi uma certa atitude sobre ele - não uma atitude indiferente, mas uma atitude efetiva e interessada. E é por isso que a palavra não designa meramente um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação (uma palavra realmente pronunciada não pode deixar de ser entoada, porque a entonação existe pelo simples fato de ser pronunciada), minha atitude valorativa em direção do objeto, sobre o que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, coloca-o em direção do que ainda está para ser determinado nele, torna-se um momento constituinte do evento vivo em processo”.

Bakhtin (1993 [1920-24])

RESUMO

À luz de uma perspectiva sociointeracionista, este trabalho tem como objetivo pesquisar o processo de referência através dos rótulos (expressões nominais que resumem porções de texto), evidenciando a função de orientador argumentativo desempenhada por essas expressões. Assumida a perspectiva teórica, entendemos que o real é fabricado através de nossas práticas sociais e discursivas. Assim, ao contrário de concebermos que a relação entre linguagem e mundo se dá de forma direta e especular, defendemos “as versões públicas do mundo” (MONDADA e DUBOIS 2003[1995]).

A fim de buscar o objetivo proposto, trazemos para o nosso texto a concepção filosófica bakhtiniana de valoração (BAKHTIN, 1993[1920-24]), com o intuito de mostrar que, ao construir o objeto de discurso, o sujeito seleciona as formas linguísticas que melhor se adaptem ao seu projeto de dizer. No entanto, essas escolhas não emanam de um sujeito solitário; pelo contrário, são usadas por um sujeito que é singular e social, simultaneamente, que rejeita e assume diversos valores sociais, os quais determinam a forma e o conteúdo de seu enunciado e com os quais convive.

Os textos utilizados para exemplificar o que é discutido nessa pesquisa são três artigos de opinião publicados no jornal *A Gazeta*, selecionados no período de agosto a dezembro de 2009. Para a análise dos textos tomamos uma postura dialógica a fim de explicitar que o posicionamento assumido pelo articulista na construção do objeto de discurso é dialógico, pois responde a outros enunciados e emite uma avaliação que não emana de um sujeito isolado, mas social. Desse modo, acreditamos que a função de orientador argumentativo dos rótulos é mais bem compreendida se levarmos em consideração a corrente dialógica na qual se insere o uso dessas expressões.

Palavras-chave: Referência; Objeto de discurso; Rotulação; Dialogia; Valoração.

ABSTRACT

In the light of the sociointeractionist perspective, this study has as main objective to research the referentiation process through labels, that is to say, nominal expressions that summarize sections of the text, pointing the function of argumentative guiding performed by these expressions.

According to this theoretical perspective, we understand that reality is constructed throughout our social and discursive practices. Thus, instead of conceiving that the relation between language and world is in a direct and specular way, we hold “the public versions of the world” (MONDADA & DUBOIS, 2003[1995]).

In order to achieve the aim of this research, we will consider Bakhtin’s philosophical concept of valuation (BAKHTIN, 1993[1920-24]). By doing so, we want to show that the subject selects the linguistic forms that are best suited to what he projected to say. The subject does it while constructs the discourse object. However, this same subject is not alone when he makes these choices; on the other hand, he is singular and social, simultaneously, he rejects and takes different social values, the ones that determine the form and content of his enunciation.

The texts utilized to exemplify us discussion in this study are three opinion articles published by columnists from Espírito Santo (a State in the Southeast) in *A Gazeta* newspaper, which ones were selected from August through December 2009. We took a dialogic attitude in order to clarify that the position taken by the columnist in the construction of the discourse object was dialogic, because it responds to other statements and points an assessment that does not emanate from a single subject, but social. Thereby, we believe that the labels’ function as argumentative guiding is better understood if we consider the dialogic system in which these expressions occur.

Key-words: Referentiation; Discourse Object; Labeling; Dialogism; Valuation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 MOSTRANDO OS CAMINHOS E DEFININDO A ESTRADA	13
1.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM, SUJEITO, TEXTO E SENTIDO.....	13
1.2 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO.....	22
CAPÍTULO 2 A ROTULAÇÃO DISCURSIVA.....	30
2.1 EXPRESSÕES NOMINAIS.....	30
2.2 O RÓTULO	40
2.2.1 Apresentação.....	40
2.2.2 Classificação.....	45
2.2.2.1 Rótulos de conteúdo.....	46
2.2.2.2.Rótulos metadiscursivos.....	52
2.2.3 Nominalização e Rotulação.....	58
CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS - METODOLÓGICOS.....	60
CAPÍTULO 4 OS RÓTULOS E A ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA EM ARTIGO DE OPINIÃO.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

A relação entre as palavras e aquilo que elas designam é tema de estudo recorrente desde a Antiguidade, tanto em Linguística quanto em Filosofia da Linguagem. Por anos os estudiosos defenderam o poder referencial da linguagem, acreditando ser ela um artefato disponível para designar os “objetos do mundo”, como um conjunto de etiquetas que se ajustam ao real. Sob esse ponto de vista, pressupunha-se a existência de um mundo autônomo, discretizado em objetos ou “entidades” existentes, independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele.

Opõem-se a essa concepção referencial da linguagem Mondada e Dubois (2003[1995]), Koch (2004,2006a) e Koch e Marcuschi (1998) e Bakhtin(Voloshinov, V. N.) (1999[1929]). Para esses autores, as categorias pelas quais os sujeitos compreendem o mundo não são dadas nem são preexistentes, mas se constroem no curso de suas atividades, modificando-se através dos contextos. Para Mondada e Dubois (2003[1995], p. 17), “os sujeitos constroem, através das práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo”.

Estendendo a noção de referência para a de referenciação, esses autores admitem o caráter intersubjetivo da linguagem e consideram mais adequado falar sobre “objetos de discurso” do que sobre “objetos do mundo”. Nessa ótica, a referência é tratada na perspectiva interacionista discursiva, o que pressupõe uma concepção de língua que não se esgota no código nem se relaciona diretamente com o mundo.

Por isso, defende-se que a referência e o sentido são construídos no curso da interação, e o sujeito, nessa construção discursiva do referente, diante das várias opções que a língua oferece, seleciona aquelas que melhor se adaptem ao seu projeto de dizer. As escolhas, sintáticas ou lexicais, não são feitas ingenuamente, mas atendem aos objetivos do produtor na construção do seu discurso.

É necessário destacar que essas escolhas não são resultado de uma mente individual que pensa e constrói seus enunciados à parte do contexto social; pelo contrário, as escolhas entoam os valores sociais assumidos pelo sujeito e tornam-no responsável por suas ações – não há álibi para sua existência.

É a multidão de valorações sociais que faz o mundo ser refratado e significado de formas diversas (até mesmo contraditórias). Os valores são formados entre sujeitos e são-no para o sujeito, ou seja, eles são resultado da interação social e são validados individualmente e se constituem, para Bakhtin(Voloshinov, V. N.) (1993[1926], p. 6) “atos sociais regulares e essenciais”. Esses valores são entoados através de suas ações, inclusive os enunciados, e mostram que o sujeito é, ao mesmo tempo, singular e totalmente social.

Assim, se a seleção lexical para a construção dos objetos de discurso implica uma atividade seletiva do sujeito, tendo em vista os valores assumidos e a produção de sentido pretendida, sentido este revelador de um posicionamento valorativo, é cabível relacionar referenciação com argumentação.

Importante estratégia de construção dos objetos de discurso são as expressões nominais. Através delas o sujeito imprime no seu discurso suas crenças, convicções, opiniões, ou seja, valores, e acaba fornecendo pistas que conduzem à produção de um determinado sentido e não de outro, e, dessa forma, direcionando a orientação argumentativa do seu dizer.

Nosso objetivo neste trabalho é investigar, em artigo de opinião, o fenômeno da referenciação através dos rótulos, evidenciando sua função de orientador argumentativo. Para isso, optamos pela hipótese sociointeracionista da linguagem e, embora reconheçamos as contribuições e o pioneirismo de Francis (2003[1994]) e Conte (2003[1996]) no estudo da rotulação discursiva, distanciamos-nos de suas abordagens devido ao procedimento teórico-metodológico por elas assumido: tratar o fenômeno focando o seu papel de elemento coesivo na superfície linguística do texto, deixando de fora as questões de ordem enunciativa. Em contrapartida, aproximamos nosso estudo das reflexões realizadas por Koch (2004, 2006a, 2006b) e Carvalho (2005), por postularem um funcionamento textual- discursivo dos rótulos.

Acompanhando Koch (2006b), defendemos que os rótulos constituem um importante recurso multifuncional, ou seja, são expressões que desempenham pelo menos as seguintes funções: (a) *função cognitiva-discursiva*; (b) *função de organização textual*; (c) *função de orientação argumentativa*.

A função (a) diz respeito à capacidade que as expressões nominais rotuladoras possuem de sumarizar, encapsular um segmento de texto, o que permite ao interlocutor a alocação, em sua memória, de um novo referente textual. A (b) se relaciona com o papel exercido pelos rótulos como importantes recursos anafóricos e catafóricos, contribuindo para a coesão textual, encadeamento do tópico e paragrafação (cognitiva e/ou gráfica). Por fim, a função (c), de orientação argumentativa, revela que “os rótulos são meios privilegiados de condução, explicitação de pontos de vista do produtor, no que diz respeito não só aos conteúdos veiculados, mas também aos seus enunciadores”, assim, “inscrevendo a argumentatividade no texto”, nos termos de Koch (2006b, p.87). Conforme mencionado, é essa última função que nos interessa analisar mais de perto neste trabalho.

A noção de argumentação que conduz esta pesquisa é ampla e considera que as relações estabelecidas por meio da linguagem visam a atuar sobre os outros, a fim de obter deles certas reações ou fazer com que compartilhem determinadas opiniões que possuímos. Assim, consideramos que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, uma vez que, ao realizarmos um enunciado, pretendemos orientar o sentido dele para determinadas conclusões e não para outras. Por isso, ao relacionar argumentação e referenciação, não nos preocupamos com o ponto de vista de um sujeito real, com um autor em si, mas com a perspectiva argumentativa assumida que toma a responsabilidade na apresentação e desenvolvimento do objeto de discurso.

Em termos mais simples, a relação entre argumentação e referenciação apoia-se na concepção de argumentação como uma atividade construtiva e persuasiva inerente às várias práticas discursivas.

Tendo em vista que o homem utiliza a língua como instrumento de interação social e através dela estabelece as mais diversas relações, julgamos relevante essa pesquisa porque, por meio dela, se pretende estudar o *modus operandi* da língua através de textos que circulam em nossa sociedade, o que julgamos motivo suficiente para justificar este estudo.

Com o intuito de organizar o referencial teórico selecionado e dotar este texto de um encadeamento coerente, organizamos nosso trabalho em quatro capítulos. Nesta

introdução, contextualizamos e expomos nosso objetivo. No primeiro capítulo, apresentamos uma breve explanação dos conceitos de língua, sujeito, texto e sentido, objetivando situar a perspectiva da qual falamos. Também nessa parte retomamos a questão do deslizamento ocorrido da noção de referência para a de referenciação bem como a relação desta com a concepção filosófica bakhtiniana de valor.

No segundo capítulo, tratamos das expressões nominais na construção do objeto de discurso e passamos à definição e classificação da categoria linguística que nos interessa analisar: o rótulo. Logo em seguida, pontuamos as semelhanças e diferenças entre rotulação e nominalização.

No terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos seguidos na realização desta pesquisa e, logo após, no quarto, aplicamos os pressupostos teóricos nos textos selecionados. Por fim, passamos às considerações finais e às referências.

CAPÍTULO 1 MOSTRANDO OS CAMINHOS E DEFININDO A ESTRADA

1.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM, SUJEITO, TEXTO E SENTIDO

A Linguística Textual, doravante LT, conforme o nome já sugere, é uma ramificação da Linguística que toma o texto como seu objeto de estudo. O seu desenvolvimento vem acontecendo sob diferentes concepções de texto, o que evidencia diferenças relevantes em cada etapa de sua evolução.¹

Em sua fase inicial (aproximadamente metade da década de 60 até meados da década de 70), a LT basicamente estudava os mecanismos interfrásticos que pertencem ao sistema gramatical da língua e que, quando usados, dariam a duas ou mais sequências o estatuto de texto. Segundo Koch (2004, p. 3), a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo, a ordem das palavras, a relação tema/rema, a concordância entre os tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, entre outros, eram os fenômenos a serem explicados nesse período.

Ficou evidente nesses estudos o foco nas relações referenciais, particularmente, os processos correferenciais (catafóricos / anafóricos), considerados os principais fatores de coesão. Para Harweg (1968), por exemplo, são os pronomes que constituem uma sequência de frases em texto. Pronome, para esse autor, é toda e qualquer expressão linguística que retoma uma expressão correferencial. Assim, o texto, como resultado de um múltiplo referenciamento, é definido como “uma

¹ Para facilitar a exposição do desenvolvimento das concepções de sujeito, língua, texto e sentido, e mostrar de qual lugar falamos, optamos por seguir a ordem cronológica das fases que constituem a LT; no entanto, a distinção de uma perspectiva de estudo para a outra se dá muito mais pelos posicionamentos teóricos admitidos do que pela sucessão temporal em que as fases são apresentadas neste texto. Além disso, informamos que, ao tratarmos da perspectiva sociointeracionista, traremos para o nosso texto algumas concepções de Bakhtin, devido ao diálogo que a LT possui com alguns de seus conceitos.

sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (HARWEG, apud KOCH, 2004, p.3).

Ainda nessa primeira etapa dos estudos da LT, partindo da ideia de texto como unidade superior à sentença, surgiu entre os linguístas, especialmente entre os gerativistas, a preocupação em descrever regras de combinação da unidade Texto em dada Língua. Em outros termos, tentou-se construir gramáticas de texto.

Koch declara que as tarefas básicas de uma gramática de texto seriam:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais,
- c) diferenciar as várias espécies de texto

(KOCH, 2004, p. 5)

Passou-se, nesse período, a conceber a existência de uma competência textual, semelhante à competência linguística de Chomsky, uma vez que todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um amontoado incoerente de enunciados. Nessa perspectiva, o texto, como unidade hierarquicamente superior, é entidade do sistema linguístico, e suas estruturas (dentro de dada língua) deveriam ser determinadas pelas regras de uma gramática de texto.

No entanto, a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica vigente abre portas para a abordagem pragmática, que ganha grande proeminência na década de 70. É nesse período que surgem então os modelos comunicativos baseados na Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle, que tomam como pressuposto a Teoria da Atividade Verbal.²

Interessa neste momento não pesquisar a língua como um sistema autônomo, mas o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Por

² Sobre a Teoria da Atividade Verbal sugerimos a leitura da Parte I do livro *O texto e a construção dos sentidos* de Koch. São Paulo: Contexto, 2008.

isso, estendem-se as investigações do texto ao contexto, entendido este, de um modo geral, como conjunto de condições (externas ao texto) de produção, recepção e interpretação. Assim, os textos, que eram tidos como produtos acabados e eram analisados sintática e semanticamente, passam a ser considerados uma atividade complexa, com intenções comunicativas e sociais por parte do produtor. E a coerência, que outrora era analisada ao lado da coesão, passa a ser concebida como “princípio de interpretabilidade do discurso”, o que leva a pensar que não existem textos incoerentes em si, uma vez que, mudando-se o contexto, uma sequência aparentemente incoerente pode passar a ser perfeitamente compreensível.

A respeito da abordagem pragmática, Koch declara que a concepção de língua que norteava as pesquisas era:

[...] uma forma específica de ação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas) do ser humano. Os impulsos decisivos para essa nova orientação vieram da Psicologia da Linguagem – especialmente da Psicologia da Atividade de origem soviética, e da Filosofia da Linguagem, em particular a Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford, que desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala. Caberia, então, à Linguística Textual a tarefa de provar que os pressupostos e o instrumental metodológico dessas teorias eram transferíveis ao estudo de textos e de sua produção/percepção, ou seja, que se poderia atribuir também aos textos a qualidade de forma de ação verbal.

(KOCH, 2004, p. 15)

Após a “virada pragmática”, a compreensão de que todo fazer é necessariamente acompanhado de processos cognitivos faz emergir uma nova orientação que encaminhará os estudos do texto a partir da década de 80 – trata-se da “virada cognitivista”.

Para os cognitivistas clássicos as reflexões se direcionavam em torno de questões do tipo: como a memória se organiza? Como o conhecimento está organizado na mente? Estabelecendo-se tais focos de estudo, ampliou-se o enfoque: não se investigava apenas a linguagem entre as capacidades cognitivas; outras capacidades também eram analisadas, como, por exemplo, o fato de o homem ser apto a se locomover em diversos espaços, ter noção da quantidade de conteúdo em um recipiente ao segurá-lo – entre outras.

Fica notória, nos estudos desenvolvidos pelos cognitivistas clássicos, a separação entre os processos que se realizam dentro da mente dos indivíduos daqueles que se realizam fora dela. O interesse nessa perspectiva é a explicação de como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são ativados para resolver problemas postos pelo ambiente, sendo este apenas uma fonte de informação para a mente individual (cf. KOCH, 2004, p. 29).

Ainda segundo Koch (2004), cultura e vida social pertenceriam ao ambiente e necessitariam de representação na memória. Assim, compreender a relação entre cognição e cultura equivaleria a compreender quais conhecimentos o indivíduo deve possuir para agir adequadamente dentro de sua cultura. Depreende-se, dessa concepção, a noção de cultura como um conjunto de procedimentos armazenados individualmente, sendo, portanto, algo passivo e dependente do conjunto de mentes que a compõe.

Porém a compreensão de que muitos processos cognitivos acontecem na sociedade e não exclusivamente na mente dos indivíduos fez surgir uma nova vertente de análise linguística que leva em conta aspectos sociais, interacionais e culturais no processamento cognitivo. Isso quer dizer que parte da cognição acontece fora da mente e não apenas dentro dela, por isso é difícil delimitar o ponto em que a cognição está dentro ou fora da mente. O que de fato há é uma complexa inter-relação. Surge então a perspectiva sociointeracionista.

Koch e Lima, a respeito da concepção de linguagem que norteia o sociointeracionismo, declaram:

Essa visão permite compreender a linguagem como forma de ação no mundo, ação conjunta, compartilhada, que se diferencia das ações individuais não simplesmente pela quantidade de pessoas que as envolve mas pela coordenação que deve existir entre elas para o desenvolvimento da ação.

Dentro dessa perspectiva, as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e individuais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as formas verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico.

(KOCH & LIMA, 2007, p. 285)

Além de uma ação conjunta, a linguagem é uma ação social. É social porque as relações sociais através dela autorizam ou desautorizam os falantes a produzir certos sentidos e, também, porque o poder para estabelecer a interpretação do dito entre as instâncias ou pessoas que participam de uma interação é distribuído desigualmente. Basta pensar, por exemplo, na interação professor-aluno, na qual o professor reinterpreta a fala de seu aluno e o autoriza, ou não, a usar determinado termo para fazer referência a dado fenômeno/objeto. Mesmo sob questionamento do aluno, o professor acaba estabelecendo as interpretações finais para os textos produzidos.

Na concepção socio-interacional de língua os sujeitos são vistos como ativos, verdadeiros construtores sociais. Isso não significa dizer que o sujeito age voluntariamente a partir de uma consciência plenamente individual, conforme postula a pragmática tradicional. Pelo contrário, entende-se que o sujeito está inserido num contexto social que possui seus acordos e, por isso, sofre coerções de natureza ideológica, política, religiosa e institucional, entre outras, o que acaba impedindo o indivíduo de agir totalmente sozinho. No entanto, segundo Marcuschi, não se nega também a individualidade, “mas se afirma que as formas enunciativas e as possibilidades enunciativas não emanam de um indivíduo isolado e sim de um indivíduo numa sociedade e no contexto de uma instituição” (MARCUSCHI, 2008, p. 67).

Essa intrincada dinâmica em que o sujeito é individual, ou melhor, singular, único e inteiramente social, ao mesmo tempo, é uma grande riqueza conceitual defendida por Bakhtin em sua filosofia da linguagem (cf. FARACO, 2006[2003], p.121).

Para Bakhtin, em *Para uma filosofia do ato responsável* (1993 [1920-24]), o sujeito ao se perceber único e reconhecer que ocupa um lugar que é só seu, não pode ficar indiferente a essa unicidade. Ele é constrangido a posicionar-se e a responder por seus posicionamentos: não há alibi para sua existência. A realização de sua singularidade se dá na ação individual e não indiferente, no agir em relação ao que não é *eu*, em relação ao *outro*.

Sobral declara que a proposta de Bakhtin é

conceber um sujeito que, sendo um eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva, é também um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido.

Só me torno *eu* entre outros *eus*. Mas o sujeito, ainda que se defina a partir do outro, ao mesmo tempo o define, é “outro” do outro: eis o não acabamento constitutivo do Ser, tão rico de ressonâncias filosóficas, discursivas e outras.

(SOBRAL, 2008, p. 22, grifo do autor)

Essa contraposição entre o *eu* e o *outro* mostra cada um como um universo de valores,³ pois – segundo Faraco – “o mesmo mundo relacionado comigo ou com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos” (FARACO, 2006[2003], p. 23). Em outros termos, no *mundo da vida*, a cada momento, somos impelidos a tomar atitudes axiológicas, precisamos posicionar-nos em relação aos valores que circulam em nossa sociedade, e a contraposição de valores entre o *eu* e o *outro* é que orientará os atos do sujeito, inclusive seus enunciados. É nesse jogo que emerge a unicidade do sujeito, pois jamais encontraremos duas ou mais pessoas que se relacionam de maneira igualmente idêntica com os valores sociais.

O enunciado, ou ainda, o texto compreendido “como enunciado” (cf. BAKHTIN, 2003 [1959-61], p.308), ou seja, como algo único, não repetível e concretamente situado, é uma resposta a outros enunciados pertencentes à cadeia da comunicação discursiva e revela a posição ativa do falante/escrevente ao assimilar, reelaborar, reacentuar ou refutar o enunciado do outro. Essa resposta, elo da corrente

³ Nesse ponto, é necessário expor o que Dionísio (2010, p.45) diz sobre a dimensão axiológica da linguagem em Bakhtin. Conforme a pesquisadora, vários são os termos-conceitos ligados à questão axiológica: entonação, tom emocional-volitivo, centro de valor, tom, tonalidade, índice social de valor, entonação expressiva, apreciação, acento – apreciativo, avaliativo ou de valor –, posicionamento valorativo, julgamento de valor e avaliação. Ainda para a autora, isso se mostra mais uma virtude do que falha na teoria de Bakhtin tendo em vista que “ele insiste em retomar suas ideias. Sempre revendo o que disse, avançando um ponto em determinado momento, abandonando outro para lá na frente apresentá-lo com outras nuances, ainda que isso o leve ora a empregar um vocábulo, ora outra expressão sem necessariamente se preocupar em definir milimetricamente a extensão e o domínio de cada um deles” (DIONÍSIO, 2010, p.45). Diante disso, optamos por, no corpo de nosso texto, sempre que possível, usar os termos valor ou valoração para nos referir à dimensão axiológica da linguagem. Quanto às citações, obviamente, elas se farão conforme consta no texto original.

ininterrupta da comunicação sociocultural, revela a posição valorativa do sujeito em relação à multidão de vozes sociais. Por isso, para Bakhtin,

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. [...] É impossível alguém definir sua posição sem relacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de várias atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.

(BAKHTIN, 2003[1952-53], p. 297, grifo do autor)

Entretanto, o enunciado não se liga apenas aos elos precedentes da comunicação discursiva, mas também aos subsequentes – ainda que estes ainda não tenham sido produzidos. Parafraseando Bakhtin (2003 [1952-53], p. 301), desde sua origem o enunciado é construído levando-se em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel do *outro* para o qual meu enunciado é criado é extremamente importante uma vez que esse *outro* não é um ouvinte passivo, mas participativo da comunicação discursiva. Desde o início o falante/escrevente aguarda uma ativa compreensão responsiva dele. “É como se todo enunciado se construísse ao encontro da resposta”(ibid). Portanto, um traço também constitutivo do enunciado é o seu *endereço*, ou seja, o fato de ele dirigir-se a alguém, a um destinatário. Esse destinatário pode ter várias dimensões: pode ser um interlocutor e parceiro direto do diálogo na vida cotidiana; pode ser um destinatário presumido (não necessariamente presumido pelo autor, embora possa sê-lo, que se instala a partir da circulação do enunciado); e, ainda, um destinatário totalmente desconhecido, um *outro* não concretizado.

O texto “como enunciado” é o *lugar de interação* de sujeitos ativos e é bem mais complexo e dinâmico do que quando compreendido como um objeto que articula a intenção, a consciência individual de quem o produz. De fato, o que ocorre quando enunciamos é uma resposta ativa ao diálogo social, às diversas vozes que são interiorizadas ao longo de nossa experiência no mundo e que vão constituindo nosso mundo interior, diante das quais tomamos uma atitude responsável e responsiva. Tal fato mostra que nossa “consciência é social de ponta a ponta” (FARACO,

2006[2003], p. 82) e que nessa interação viva com as diversas vozes sociais é que emergem as condições do sujeito de se singularizar.

Nesse contexto, o sentido deixa de ser considerado como algo dado *a priori* e passa a ser entendido como um construto resultante da interação texto-coenunciadores. Compreender a enunciação do *outro* implica – conforme Bakhtin(Voloshinov, V.N.) –

orientar-se a ela, encontrar seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é nossa compreensão

(BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1999[1929], p. 133)

Dessa forma, a compreensão de um texto é uma forma de diálogo ativo e responsivo com ele, é opor “à palavra do locutor uma *contrapalavra*”, é gerar novo(s) texto(s) que dialogue(m) com o texto dado.

No jogo da linguagem, o produtor age sobre a superfície linguística, selecionando aquelas estruturas que melhor se adaptem ao seu *querer dizer*, e o leitor/ouvinte, a partir das pistas oferecidas, bem como da mobilização do contexto sociocognitivo relevante para a interpretação, trabalha em busca da produção de sentidos.

Como um iceberg, que não se mostra por completo ao flutuar pelo oceano e deixa a maior parte de seu corpo submerso na água salgada, nem tudo o que se diz está inscrito objetivamente no texto.⁴ Por isso, um texto abre uma multiplicidade de interpretações, e o sentido não está nele, mas é construído a partir dele, através do desenvolvimento da interação (ainda que latente). No entanto, o contexto sociocognitivo da produção e as marcas linguístico-discursivas deixadas na superfície textual sinalizarão o caminho a percorrer para a produção do(s) sentidos(s) e delimitarão os sentidos possíveis de serem produzidos, “garantindo” o “projeto de dizer” do produtor.

Ainda a respeito da produção de sentido, Carvalho, afirma:

⁴ A metáfora do iceberg foi utilizada por Dascal (1992) e é citada por Koch (2006a, p. 18-19).

Compreender, portanto, é uma atividade criativa em que o leitor/ouvinte age sobre os textos. É uma atividade de seleção, reordenação e reconstrução em que uma certa margem de criatividade é permitida. É uma atividade dialógica que se dá em relação com o outro. É a busca de empatias em que nos encontros e desencontros a magia da palavra gera o sentido próprio ao leitor que, a partir dos significados atribuídos, tem a plenitude de sua leitura, uma plenitude de instante, pois um novo tempo trará um novo sentido, uma nova leitura. O sentido é algo que surge negociada e dialogicamente na relação entre leitor, autor e texto sob as condições de recepção em que estamos situados. Consequentemente, ele não tem uma só leitura e nem uma leitura que seja a mais correta.

(CARVALHO, 2005, p. 58)

Do exposto, verifica-se que não é possível assegurar a compreensão do enunciado com base apenas no código linguístico. O léxico não é suficiente para o processo de compreensão, e a construção de sentido não é estática e enrijecida. É necessário levar em consideração a situação extraverbal implicada no verbal. Produzir sentido pressupõe engajamento tanto do produtor em se fazer entender quanto do leitor/ouvinte em dar sentido ao que foi escrito ou falado. Assim, construindo **um** sentido e não **o** sentido do texto, a coerência, em lugar de ser considerada qualidade do texto, passa, segundo Koch, a

dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

(KOCH, 2006a, p. 17)

Em consequência desse interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem, surge, ou melhor, ressurgem uma série de questões pertinentes ao estudo da linguagem, entre as quais se inserem os gêneros, a dêixis textual, as formas de progressão textual como: referência, progressão tópica, progressão referencial – e outras.

É baseados nesta concepção sociointeracionista de linguagem, sujeito e texto, que fundamentamos esta pesquisa sobre a rotulação. Portanto entendemos que a linguagem é uma prática sociointerativa altamente dinâmica, sobre a qual os sujeitos agem e expressam seu *querer dizer* com ações consideradas adequadas aos

objetivos propostos no momento da interação; o sujeito é totalmente social e único, simultaneamente; e o texto, por sua vez, é um elo da cadeia dialógica da comunicação humana e o lugar onde a interação entre os sujeitos se estabelece.

1.2 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO

Assumir a língua como prática sociointerativa leva-nos a refletir sobre a questão da referência. Nosso objetivo nesta parte é explorar um pouco mais o que já foi mencionado na Introdução: o deslizamento da noção de referência para a de referenciação.

Conforme já foi dito, a referência é tema recorrente na discussão da relação entre homem, linguagem e mundo. As respostas dadas a essa questão são diversas. No entanto, é possível notar duas grandes tendências que se constituem opositivamente.

Uma tendência defende que há uma relação de correspondência entre palavras e coisas, sendo a língua um sistema de etiquetas prontas, que possui ligação direta com os referentes do “mundo-real”. A metáfora do espelho e do reflexo exemplifica essa concepção de relação especular entre língua e mundo, sendo a língua considerada como representação adequada da realidade. A verdade e a falsidade das palavras ou proposições são analisadas em termos de correspondência com o mundo discretizado, não em relação à coerência do discurso.

A outra tendência concebe que a língua é opaca e indeterminada. Portanto, somente no seu funcionamento contextualizado é que o sistema ganha estabilidade funcional e a ilusão de transparência que o caracterizam. Nessa perspectiva, a linguagem é entendida como prática social e assume-se que, através das práticas discursivas e

cognitivas social e culturalmente situadas, a realidade é construída coletivamente, e os referentes, antes considerados “coisas do mundo”, passam a ser concebidos como **objetos de discurso**. Estes não se confundem com a realidade extralinguística, mas se (re)constroem nos processos de interação e, uma vez introduzidos, podem ser alterados, (re)categorizados, (re)ativados, desativados e modificados.

Nessa segunda perspectiva, situam-se Mondada e Dubois. Para as autoras

[...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos.

(MONDADA e DUBOIS, 2003[1995], p. 17)

Em lugar de conceberem uma estabilidade *a priori* entre língua e mundo, essas linguístas concebem uma instabilidade constitutiva das categorias e dos objetos de discurso para descrever o mundo tanto sincrônica quanto diacronicamente, em discursos quer ordinários, quer científicos. Por isso, elas defendem a discursivização do mundo, onde se constroem objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das interações linguísticas.

Também defendem a “discursivização do mundo” Koch (2004,2006a) e Koch e Marcuschi (1998) e Bakhtin (2003[1952-53]). Para esses autores, a discursivização do mundo por intermédio da linguagem não é um simples processo de elaboração de informações, mas uma (re)construção do próprio real. A referenciação constitui uma atividade discursiva, e o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera e seleciona o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas que são significativas para representar os estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido, do seu *querer dizer* (cf. KOCH, 2006a, p. 61).

Tal posicionamento não implica negar o mundo extralinguístico, mas rejeitar a concepção de correspondência entre as palavras e as coisas, o que leva a assumir o caráter intersubjetivo e sociointerativo da referência. Para Koch e Marcuschi,

A referenciação [...] é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se torna uma panaceia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

(KOCH & MARCUSCHI, 1998, p. 3)

Nesse sentido, a realidade que se erige no evento comunicativo não é dada, mas fabricada e alimentada pelo próprio discurso num processo de construção e reconstrução interativa da realidade.

A “fabricação da realidade”, e não a representação, já havia sido postulada por Izidoro Blikstein em 1983, um pouco antes dos autores brasileiros citados. Instigado pelo filme intitulado em língua portuguesa *O Enigma de Kaspar Hauser*, do alemão Werner Herzog, que conta a história de um jovem de 18 anos que, após uma vida de clausura, vê diante de seus olhos um mundo até então desconhecido, Blikstein observa os limites da linguagem em nos permitir reconhecer o real, bem como a relação entre linguagem, conhecimento, percepção e realidade. Ele conclui que “a percepção depende sobretudo de uma *construção* e de uma *prática social*” (BLIKSTEIN 2003[1983], p.52 – grifos do autor).

É por isso que o rapaz que apareceu em Nurembergue, com seu sistema perceptual “desaparelhado de uma prática social” (ibid., p.53), não percebia a realidade da mesma forma que a sociedade na qual ele acabou inserido. Kaspar Hauser era incapaz de dar sentido ao mundo, de “fabricar os referentes”, porque do seu sistema perceptual foram vedadas as interações sociais durante o período de clausura.

Apoiando-se na concepção de “fabricação da realidade” é que Mondada & Dubois (2003[1995]) defendem a construção do referente mediante as práticas sociais. Refutando, portanto, a relação direta entre palavras e coisas e voltando a atenção para processos cognitivos que subjazem à (re)construção da realidade, é que as autoras propõem substituir o termo *referência* por *referenciação*.

Essa substituição vai muito além da nomenclatura. Ela implica uma mudança de posicionamento: deixa-se de conceber o ato de referir como ação independente das práticas sociais e passa-se a entendê-lo como um processo no qual o sujeito, através das práticas sociais, constrói o mundo e o torna estável graças às categorias. É por meio das categorias que o homem vai designando e nomeando o mundo que o cerca em um contínuo processo de categorização e recategorização.

O ato de referir, então, é entendido como uma ação discursiva sujeita a variações, de acordo com os atores sociais, a avaliação e o contexto. O léxico, nessa perspectiva, não é um instrumento de etiquetagem da realidade, e a linguagem não é utilizada para falar sobre o mundo, mas para construir o mundo.

Bakhtin(Voloshinov,V.N.)(1999[1929],p.32) declara que no processo de referenciação os signos realizam duas operações concomitantes: refletir e refratar. Ou seja, através dos signos apontamos para a realidade, para a materialidade do mundo, mas, ao fazê-lo, fazemos sempre de modo refratado. E refratar significa, segundo Faraco,

[...] que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos - na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo.

(FARACO, 2006[2003], p. 50)

Dito de outra forma, talvez mais clara, como a práxis dos grupos dos humanos é heterogênea, cada grupo vai refratando, gerando diversos (e até contraditórios) modos de dar sentido ao mundo. Isso acontece porque cada grupo atribui valorações, apreciações diferentes aos entes, eventos e relações e, dessa forma, formam-se vários sentidos. Essas múltiplas valorações participam como elementos constitutivos da significação, haja vista que o mesmo material semiótico utilizado no ato concreto da enunciação, dependendo da voz social na qual está ancorado, terá uma determinada significação, e não outra. “*Não é possível significar sem refratar*” (cf. FARACO, 2006[2003], p.50). E continuo: não é possível refratar sem valorar.

Do exposto, notamos que é impossível dissociar a relação entre valor, significação e refração. No entanto, quanto ao valor, é necessário compreender melhor o

pensamento de Bakhtin, para assim relacionarmos esse conceito filosófico com a comunicação verbal, particularmente com a construção do objeto de discurso, o que de fato nos interessa.

É possível que, nesse ponto, o leitor se pergunte: o que é valor, afinal? Essa é uma indagação pertinente, mas nem por isso fácil de responder. Isso porque, no pensamento bakhtiniano, não se trata de preto ou branco, disso ou aquilo. Para usar os termos de Possenti,⁵ “Bakhtin é um pensador, o que fica claro tanto pela abrangência dos temas a que se dedica quanto pelo “tom” de seus textos, mais de ensaísta que de cientista”, o que faz com que não encontremos em seu pensamento um manual que fixe conceitos e verdades absolutas. O que para Possenti também não é um problema: afinal, quem sente falta deles que os elabore.

Além desse “tom de ensaísta”, outro fator dificulta dizer categoricamente o que é valor: esse conceito não aparece como item isolado em suas obras. Sem contar o que já foi dito na nota de rodapé do tópico anterior – o uso de vários termos para o mesmo tema.

Diante desses desafios, optamos por responder à pergunta acima associando valor a outros conceitos que com ele se relacionam, ou seja, tentando imitar a maneira com que fez Bakhtin.

Para pensarmos em valor, é necessário notarmos a sua relação com a concepção de sujeito ativo/responsável e social defendido por Bakhtin (e também assumido por nós). Vejamos o fragmento abaixo:

Não existe o “homem-em-geral”, eu existo, e um outro particular concreto existe – meu íntimo, meu contemporâneo (humanidade social), o passado e o futuro de seres humanos reais (da humanidade histórica real). Todos esses são momentos valorativos do Ser que são *válidos individualmente* e não universalizam ou generalizam o único Ser, e se revelam para mim do meu único lugar do Ser como as bases do meu não-álibi no Ser.

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p. 65 – grifo nosso)

⁵ POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakhtin. In: FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo e Bakhtin. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006[2003], p.9.

E ainda:

[...] eu participo unicamente no único ser de um modo emocional-volitivo [valorativo], afirmado. Na medida em que eu afirmo meu lugar próprio e único no Ser unitário da humanidade histórica, na medida em que eu sou seu não álibi, isto é, mantenho uma relação emocional-volitiva [valorativa] ativa em relação a ele, *eu assumo uma posição emocional-volitiva em relação aos valores que ele reconhece.*

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p.65 – grifo nosso)

Nesses excertos, observamos a defesa do “eu existo”, do ser humano concreto, real que vive e interage socialmente com os companheiros do presente e do passado (com a história da humanidade). Todos esses sujeitos valoram, as avaliações estão no “sangue e na carne” daqueles que compõem os grupos sociais. Todos os valores morais, éticos, científicos, estéticos, religiosos, econômicos, sociais, enfim, todos os valores fazem parte da experiência da vida realmente vivida e são experimentados pelos sujeitos como algo dado e ainda a ser determinado, no sentido de circularem socialmente e se tornarem “válidos individualmente”, por isso o *eu* e o *outro* se tornam centros de valores – conforme já mencionado no tópico 1.1. Isso significa que o sujeito é responsável por suas escolhas, por assumir certos valores e, automaticamente, negar outros, o sujeito de modo algum está indiferente. Essa não indiferença mostra que é valor aquilo que é “realmente afirmado para aquele que pensa” (BAKHTIN,1993[1920-24], p.65), pois assume “*uma posição emocional volitiva em relação aos valores que ele reconhece*”.

Os julgamentos de valor não são “emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções *individuais* podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O “eu” pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p. 6). Nas palavras de Sobral (2008, p. 22), “o valor é sempre valor para sujeitos, entre sujeitos numa dada situação”. Essa duas características do valor, social e situado, mostram que as avaliações não são fixas e estáticas, pelo contrário, como são dinâmicas e diversas as vivências dos/entre sujeitos, é natural que as apreciações sociais sejam reavaliadas e se alterem no curso da história da humanidade.

Nesse ponto, importa-nos compreender que “[...] ele [juízo de valor] encontra sua mais pura expressão na *entonação*” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993 [1926], p. 7).⁶ Para Bakhtin, a entonação contempla a faceta mais conhecida como alteração de timbre, ritmo, altura da voz, intensidade, duração, pausa, hesitações, etc., mas, não somente isso, ela cobre a modalidade escrita, considerando, por exemplo, a seleção dos vocábulos – sendo esses mais selecionados pelos contextos da vida nos quais foram impregnados julgamentos de valor do que do dicionário – e a própria combinação entre eles. As valorações, portanto, são fortes determinantes da entonação e afetam a forma e não apenas o conteúdo de um enunciado. Na verdade, segundo Bakhtin(Voloshinov, V.N) (1993 [1926], p. 8) “não só a entonação, mas toda a estrutura formal da fala dependem, em grau significativo, de qual é a relação do enunciado com o conjunto de valores presumido do meio social onde ocorre o discurso”.

Interessante é observar que as avaliações sociais são sempre extratextuais, mas, vindas do exterior, se integram ao texto e a ele dão vida. Isso deixa claro que

o discurso verbal é claramente não suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação.

(BAKHTIN (VOLOSHINOV, V.N.) ,1993 [1926], p. 4)

Direcionando esta discussão à construção do objeto de discurso, afirmamos com Faraco (2006[2003], p. 71) que “enunciar é tomar uma posição social avaliativa; é posicionar-se [...]diante de] outras posições sociais avaliativas, já que falamos sempre numa atmosfera social saturada de valores”, portanto, não há enunciado neutro e, conforme Koch, “a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”(KOCH, 2008c, p. 17).

⁶ Nesta nota queremos esclarecer que a entonação para Bakhtin(Voloshinov, V. N.) (1993 [1926]) importa porque é a manifestação de um juízo de valor social, porém não se confunde com ele, mas é uma de suas manifestações concretas na linguagem.

Seja qual for o objeto de discurso de um falante/escrivente, ele (o objeto) não é objeto de discurso pela primeira vez em dado enunciado, e nem o sujeito é o primeiro a falar sobre ele. O falante/escrivente não é um “Adão bíblico” relacionando com objetos virgens, pelo contrário, “o objeto, por assim dizer, está ressalvado, contestado, elucidado, e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem, divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p.300). O que há é uma “Torre de Babel” em torno de qualquer objeto, e o sujeito, diante dessas várias vozes sociais, assume aquela que experimenta e afirma.

Essa relação valorativa do sujeito com o objeto de discurso, seja ele qual for, “determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p. 289). Na língua, o sujeito encontra e forja os recursos necessários para marcar seu posicionamento valorativo e, ao construir o objeto de discurso, acaba entoando os valores sociais afirmados.

A construção do objeto de discurso é feita por diversas estratégias de referenciação, nominais e pronominais, conforme mostram os estudos de Koch (2006a). Entre essas estratégias, evidenciamos as **expressões nominais** que, das diversas propriedades do referente, promovem uma seleção daquelas que viabilizam o projeto de sentido do produtor do texto, o seu *querer dizer*, e desempenham importante papel na construção e explicitação de um posicionamento valorativo. Através dessas escolhas lexicais, revela-se uma perspectiva tomada a partir da qual o objeto de discurso é construído, o que leva o interlocutor a construir determinada imagem, ou seja, a vê-lo sob determinado prisma.

É a respeito dessas expressões nominais que passamos a discorrer no item 2.1 do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 A ROTULAÇÃO DISCURSIVA

A função deste capítulo é expor a fundamentação teórica para o estudo da estratégia de referenciação que focalizamos nesta dissertação, a rotulação. Para isso, discorreremos primeiramente sobre as expressões nominais de um modo geral, apresentando sua estrutura e relevância na construção discursiva do referente e na orientação argumentativa do texto. Em seguida, passamos à apresentação da rotulação e à classificação dos rótulos, expondo o posicionamento de Francis (2003[1994]) e Conte (2003[1996]), e encaminhando nossa abordagem sob a perspectiva sociointeracional, tomando como referencial os estudos de Koch (2004, 2006b) e Carvalho (2005).

2.1 EXPRESSÕES NOMINAIS

No estudo das estratégias de progressão referencial, aquelas que permitem a construção, no texto, de cadeias referenciais por meio das quais se procede à categorização ou à recategorização discursiva dos referentes, Koch (2006a, p. 85) ensina que a construção do objeto de discurso se dá através do uso de pronomes ou elipses (pronomes nulos) e expressões nominais. Esses recursos de referenciação, numa oscilação de movimentos prospectivos e retrospectivos, é que constituirão o texto que “[...] é um universo de relações sequenciadas, mas não lineares” (KOCH, 2006a, p. 85).

As expressões nominais são formas linguísticas constituídas minimamente por um determinante seguido de um nome (N), ocasionalmente acompanhado de

modificadores. Elas se subdividem em expressões nominais definidas e indefinidas em virtude do determinante: enquanto a determinação nas expressões nominais definidas é feita com o recurso aos artigos definidos e pronomes demonstrativos, as expressões nominais indefinidas são marcadas por artigos indefinidos. Essas formas nominais constituem um produtivo recurso coesivo e podem funcionar tanto como anáforas quanto como catáforas.⁷

Quanto à presença do determinante, Koch considera que

em se tratando de retomada textual por meio de nominalizações, pode ocorrer a ausência de determinante, casos em que, em geral, o nome-núcleo vem acompanhado de um modificador, frequentemente sob a forma de oração relativa ou, em certos casos, seguido (e não antecedido) do demonstrativo ou de um indefinido, bem como, ainda, de uma estrutura comparativa.

(KOCH, 2006a, p.88)

Quanto à presença dos modificadores, a autora diz que eles são selecionados pelo produtor do texto, segundo o efeito(s) de sentido(s) que pretende veicular e, por isso, essas formas lexicais imprimem no texto determinados posicionamentos discursivos e dotam-no de determinada orientação argumentativa.

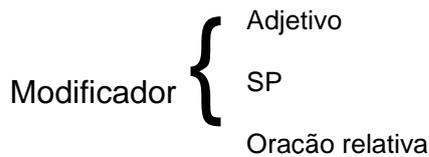
De acordo com o esquema de Koch (2006a, p. 87), em português, as expressões nominais definidas podem assumir as seguintes configurações:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Det. { Artigo definido
Demonstrativo

⁷ Nesse ponto é interessante observar que grande parte dos estudos de Koch se destina à definição e função das expressões nominais definidas.



Embora a configuração das expressões nominais não seja de nosso real interesse nesta pesquisa, é interessante ressaltar que vários estudos tratam dos determinantes nessas expressões. Sob o ponto de vista de vários estudiosos, há fatores que contribuem para a preferência de um determinante demonstrativo a um artigo definido. Destacam-se, entre esses autores, Apothéloz e Chanet (2003[1997]), Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1999), Cavalcante (2001) e Zamponi (2003).

Todos os trabalhos realizados por esses pesquisadores são relevantes, uma vez que explicitam os fatores que levam à escolha de dado determinante e não de outro, bem como o efeito de sentido viabilizado por esse componente. Não nos ateremos, contudo, a esse ponto, visto que nosso interesse não é a forma em si, mas os fatores discursivos resultantes do encadeamento de tais expressões no texto, as quais contribuem para orientação argumentativa através da entonação de avaliações sociais.

Por meio das expressões nominais é que se opera a categorização e a recategorização dos referentes linguísticos inscritos ou não no cotexto, por isso, tais formas podem remeter a elementos da superfície linguística ou inferidos, a partir de outros elementos que nela se encontram, através da mobilização de processos cognitivos, sociais e linguísticos, podendo atuar tanto catafórica quanto anaforicamente.

Essas formas nominais, segundo Koch (2006a, p.88), não apenas possuem a função de referir, contribuindo para a continuidade do texto, mas também explicitam pontos de vista, opiniões, crenças e atitudes do locutor, contribuindo para a construção de sentido, uma vez que sua apresentação pressupõe escolhas que são feitas tendo em vista os diversos contextos, interlocutores, gêneros discursivos, e, especialmente, o fato de tais expressões atenderem ao propósito comunicativo do sujeito que fala e/ou escreve. Tal fato revela que essas formas possuem uma dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva.

Para exemplificar o que foi dito até agora sobre as expressões nominais, vejamos o texto de Tales Alverenga a fim de evidenciar a importância dessas formas na progressão referencial e orientação argumentativa do texto. Trata-se de um artigo de opinião, publicado na revista *Veja* em 05 de maio de 2004, assinado por Tales Alverenga. Esse texto foi publicado dois anos depois da eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, período em que o governo estava em crise partidária pelo fato de buscar sua consolidação através da coligação com outros partidos que, até então, eram considerados adversários. Nesse ínterim, o Diretório Nacional do PT decidiu expulsar do partido quatro políticos por “quebra de disciplina partidária”.

Os deputados Luciana Genro (RS), João Batista Babá (PA) e João Fontes (SE) – e a senadora Heloísa Helena (AL) – foram os parlamentares expulsos do Partido dos Trabalhadores por representarem as correntes de esquerda que não admitiam a sua flexibilização.

Na revista, esse artigo está posicionado imediatamente ao lado da reportagem *Pelo sim...pelo não* e constitui uma resposta imediata à reportagem que fala sobre uma suposta ineficácia administrativa e desorganização dos ministros do governo Lula. Em um contexto maior, esse texto assume a voz da política de oposição que ataca e critica Lula.⁸ Vejamos o artigo:

O sorriso de Lula Lisa

No Museu do Louvre, em Paris, descobriu-se na semana passada que o sorriso de Mona Lisa, na tela de Leonardo da Vinci, está desbotando devido à umidade ou poluição. É possível detectar o mesmo fenômeno no Palácio do Planalto. Desbota ali, por outro motivo, **o sorriso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Você se lembra **daquele presidente que vivia rindo?** Pois bem, **Lula** agora deu para aparecer nas fotos com ar deprimido. Entende-se por quê. Descobriu que governar o Brasil não é fácil, ao contrário do que dizia o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muitos ministros se comportam como se continuassem a fazer carreira nos quadros do PT. Todos os dias, reúnem-se com seus auxiliares para discutir formas de salvar o Brasil. Só na órbita do Palácio do Planalto, há cinquenta grupos de estudos interministeriais. As discussões são intermináveis e em geral não dão em nada porque os petistas querem unanimidade em tudo.

⁸ É interessante informar também que aproximadamente um ano depois dessa “crise partidária” estoura no cenário político nacional o escândalo do Mensalão.

Para aprovar um aumento real de 1,2% no salário mínimo, gastaram um mês de conversa.

Alguns exemplos da bagunça. A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, barra projetos sempre que sua equipe de militantes ambientalistas diz que o plano traz riscos potenciais para a ecologia. Comenta um governador: “Se você quer aumentar um porto, ela não deixa. Seus técnicos dizem que tem um casal de lambaris fazendo amor debaixo d’água e a draga vai interromper o romance”. O ministro das Cidades, Olívio Dutra, aparentemente sem ter o que fazer em Brasília, compareceu a um ato promovido pelos sem-teto no Estado do Rio. Diante do ministro, os sem-teto anunciaram uma onda de invasões a prédios públicos. Olívio não se abalou: “Os movimentos sociais podem e devem deliberar suas táticas”, disse ele. Quer dizer, o ministro das Cidades defende os invasores de prédios. E o ministro do Desenvolvimento Agrário, os invasores de fazendas. Quem defende os interesses dos outros 175 milhões de brasileiros?

Tudo isso acaba batendo no gabinete do **presidente Lula Lisa** que acha cada vez menos graça na rotina do Planalto. Há 35 ministérios no governo Lula e uma dezena de ministros que parecem agentes secretos. Trabalham incógnitos. Ou não se conhecem seus nomes ou não se sabe o que fazem. Teste sua cultura: quem é a ministra das Políticas para as Mulheres? Não sabe? Nem eu. O nome é Nilcéia Freire. O que faz ela? Só montando mais um grupo de trabalho para descobrir. Quem é a ministra da Promoção da Igualdade Racial? Matilde Ribeiro. Quem? Há, inclusive, Ministério da Pesca. O titular se chama José Fritsch.

Para fazer um governo vitorioso, **Lula** precisa vencer três obstáculos. O primeiro é a falta de preparo intelectual da maioria da equipe para criar projetos consistentes. O segundo, a ausência da capacidade gerencial da mesma equipe para executar aquilo que já está projetado. Por fim, o governo precisa parar de vacilar diante dos que exigem as coisas na base do barulho. Governar é diferente de apaziguar assembleias ouriçadas. A missão entregue ao PT desde 1º de janeiro de 2003 foi a de conduzir um país, não um sindicato.

(Veja, 05 - 05 - 2009 – grifo nosso)

Nesse texto, as expressões nominais em negrito formam uma cadeia referencial que possibilita a categorização e recategorização do referente presidente Lula. Esse encadeamento é constituído por *expressões nominais*: em todas há um nome, e também modificadores em certos casos. Essas são formas que estabelecem uma retomada correferencial, uma vez que se trata do mesmo referente, todavia, não são cossignificantes porque, na progressão referencial, o anaforizador, ao recategorizar o referente, modifica-o em algum ponto de seus atributos.

A introdução do objeto de discurso se dá metominicamente com **o sorriso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**, composta por determinante artigo definido e modificador sintagma preposicional. Em seguida, tem-se a recategorização do referente como **aquele presidente que vivia rindo**, expressão com estrutura

composta por demonstrativo e modificador oração relativa. Faz-se novamente a referência ao objeto de discurso com o nome **Lula** que, por ser nome próprio, torna facultativa a presença do determinante. Por fim, chega-se a **o presidente Lula Lisa**, expressão construída com determinante artigo definido.

Nesse encadeamento referencial percebe-se que o articulista utiliza as expressões nominais que selecionam as propriedades do referente que lhe interessou destacar, a saber: a mudança de estado do presidente durante seu governo. Tendo em vista os valores assumidos, Alvarenga, através dos nomes utilizados, tenta mostrar a decadência da imagem presidencial, e, conseqüentemente, do governo do presidente. No início, o presidente é categorizado como uma pessoa sorridente com nome e sobrenome, tanto que é utilizada a metonímia e a citação do nome completo para a introdução do referente; no entanto, esse estado de graça se “desbota” e o presidente é recategorizado como **aquele presidente que vivia rindo**. Através dessa expressão, notamos que o governante perde seu nome e sobrenome, o que sugere a perda da identificação social que até então possuía, a saber: o sindicalista emergente que chegaria ao Planalto e ajustaria o país, uma esperança de transformação no cenário político nacional. O referente recategorizado passa a ser simplesmente “aquele presidente”, de menor importância, menor prestígio.

Ainda nessa construção “decadente” do referente, na perspectiva do jornalista, há uma nova recategorização: **Lula**. O seu uso, ancorado em outro quadro axiológico poderia sugerir renovação e transformação política, no entanto, nesse texto, **Lula** procura mostrar que o objeto de discurso se reduz a um sindicalista do ABC paulista acostumado a liderar greves, sindicatos e negociações de interesse da classe operária. Esse nome, no texto, procura evidenciar a incapacidade de Lula e de seu governo na liderança do país, afinal, conforme o articulista, “governar o Brasil é bem mais que apaziguar assembleias ouriçadas ou conduzir sindicato”. O referente é por fim recategorizado mais uma vez como **o presidente Lula Lisa**, ou seja, um sindicalista que parecia ser uma promessa de mudança e progresso, mas que acabou se desbotando, ficando sem graça, apagado, conforme estava acontecendo com Mona Lisa, no museu do Louvre.

Essa é uma versão pública do mundo, uma refração, uma interpretação da realidade. Um reenquadre de contexto discursivo, de quadro axiológico e de atores

sociais, no entanto, possivelmente acarretaria avaliações e transformações tanto no léxico quanto na organização estrutural das categorias. Isso revela que a categorização é adaptativa, ou seja, é construída em adequação ao contexto em questão. Isso demonstra que o discurso aponta para a não correspondência entre as palavras e as coisas, e a “referenciação emerge da exibição dessa distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva” (MONDADA E DUBOIS, 2003[1995], p.17).

Os itens sublinhados (o mesmo fenômeno, alguns exemplos da bagunça e três obstáculos) também são expressões nominais que merecem atenção. Essas formas nominais não remetem a um item lexical discretizado no texto, como ocorre com os termos acima mencionados, mas a uma porção do texto. Portanto, para interpretá-las, é necessário que o leitor identifique a informação cotextual subsequente, ou precedente, às quais se referem.

Ao analisarmos esses nomes, é possível notar que eles sintetizam o *querer-dizer* principal do texto que, ao nosso ver, é mostrar que o governo Lula é incapaz de governar o país. Para isso o escritor inicia utilizando a expressão o mesmo fenômeno a fim de sumarizar o conteúdo já exposto a respeito de Mona Lisa, e constata que algo semelhante acontece no Brasil: a mudança no sorriso do presidente por descobrir “que governar o Brasil não é fácil”. Notamos, nesse caso, uma remissão ao contínuo do tópico, mas não uma retomada pontual, ratificando a posição de Koch e Marcuschi (1998, p.7), para quem a remissão não implica retomada correferencial, e, a noção de anáfora, enriquecida e ampliada, não diz respeito apenas às relações estabelecidas por pronomes, mas também por nomes.

Aqui vale a pena fazermos uma pequena digressão para abordarmos a noção de anáfora “enriquecida e ampliada”. Tradicionalmente a anáfora é considerada como uma estratégia de retomada de um item lexical anteriormente posto no texto, estabelecendo assim uma relação de correferencialidade, comumente executada por pronomes. Porém, além da pronominalização, Koch e Marcuschi (1998) mostram outras configurações anafóricas nas quais o elemento linguístico “anáfora” (que pode ser um pronome ou um sintagma nominal) remete (retomando pontualmente ou não) um elemento fonte já dado no texto – seja ele um sintagma nominal, ou um

sintagma verbal, uma oração, ou ainda um segmento de texto. É possível também ocorrer que a fonte não esteja lexicalmente explícita, sendo inferida pelo contexto através de âncoras textuais, como na anáfora indireta.⁹

Atentando para as expressões nominais, conforme foi tido, elas operam a categorização e a recategorização de referentes textuais (as fontes) e, na atividade anafórica por elas desempenhada, é possível promover “aspectualizações, avaliações ou predicções de outros atributos do objeto de discurso” (JUBRAN, 2005, p. 227). Por isso, a propriedade de cossignificatividade não se dá na relação entre anafizador e anaforizado, embora possa envolver (mas não obrigatoriamente) correferencialidade. Isso é o que foi visto nas expressões em negrito em que há remissão ao mesmo elemento fonte, portanto, há correferencialidade, mas não há cossignificação uma vez que novos atributos foram acrescentados ao referente através da recategorização.

Já em expressões que encapsulam uma porção de texto, como o mesmo fenômeno, podemos verificar que elas fazem remissão ao contínuo do texto, mas não operam uma retomada referencial pontualizada, não sendo, portanto, nem correferentes nem cossignificantes. É por isso que Koch (2006a, p.84) afirma que: a retomada implica remissão e referenciação; a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada e; a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.

Retomemos ao que estava sendo dito...

Ao optar pela expressão – o mesmo fenômeno – o articulista procura circular possíveis sentidos do nome núcleo (fenômeno) que estão mais ou menos interiorizados em nossa memória, de modo que já é possível produzir certo sentido para essa palavra. Supondo que esse sentido produzido seja o mais estável, como o dicionarizado, portanto, conforme o Novo Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa:

⁹ Sobre a anáfora indireta indicamos a leitura do texto de Marcuschi intitulado “Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras” in: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

fe.nô.me.no

1. Qualquer modificação operada nos corpos pelos agentes físicos ou químicos.
2. Tudo quanto é percebido pelos sentidos ou pela consciência
3. Fato de natureza moral ou social.
4. Tudo que se observa de extraordinário no ar ou no céu.
5. O que é raro e surpreendente.
6. Pessoa ou objeto com algo anormal ou extraordinário.

Esses possíveis sentidos já gravados em nossa consciência se confrontam com fenômeno utilizado situadamente nesse artigo, em um momento histórico de crise partidária e busca de estabilização governamental de um partido que acaba de ganhar a eleição presidencial de 2002, depois de longos anos de pleito. Ao optar por fenômeno, o articulista procura circular não somente os sentidos previstos, que no texto se relacionam mais com a acepção três, mas também expressa sua avaliação da situação. Afinal, o mesmo fato poderia ser categorizado por outro nome genérico, como, por exemplo, “coisa”. No entanto, o escritor opta por fenômeno e, através dessa escolha, dá relevo, valoriza, considera importante o desbotamento que estava acontecendo no Museu do Louvre e no Brasil. Diante disso, notamos que, embora o nome núcleo da expressão o mesmo fenômeno seja genérico, o seu uso no ato concreto da enunciação verbal não é de forma alguma imparcial, não avaliativa.

Com alguns exemplos da bagunça, é possível observar que essa “bagunça” já foi mencionada no parágrafo anterior, quando o articulista diz que inúmeras reuniões são realizadas entre os ministérios e que poucas e demoradas decisões são tomadas pelos ministros. Além de fazer alusão ao que foi dito retrospectivamente, essa expressão também sumariza a porção de texto prospectiva, pois, depois de seu uso, explicitam-se algumas outras “bagunças”, sendo essas as situações nas quais os ministros do Meio Ambiente, das Cidades e do Desenvolvimento Agrário comprometem a eficiência do governo.

Fica evidente, neste caso, a força do modificador “bagunça” no *querer dizer* do escritor. O seu uso nesse texto traz à tona a avaliação social que o grupo de direita faz dos militantes petistas: baderneiros, bagunceiros, desorganizados. Essa

avaliação social dos petistas não é recente, pelo contrário, pelo menos desde a década de 80 o grupo de esquerda é visto por alguns como “bagunceiros”, e isso se deu, especialmente, pelo fato de muitos líderes do Partido dos Trabalhadores liderarem as grandes greves ocorridas no Brasil naquela época, particularmente na região do ABC paulista onde se concentrava grande massa de operários. Devido ao caráter revolucionário e reivindicativo do movimento grevista, alguns grupos sociais passaram a avaliá-los como “baderneiros”.

Por fim, chegamos a três obstáculos. Expressão nominal que sumariza o conteúdo prospectivo do texto que fala sobre as barreiras que o governo Lula precisaria superar para ser vitorioso: “falta de preparo intelectual da maioria de sua equipe para criar projetos consistentes”, “ausência de capacidade gerencial dessa equipe para executar o que foi planejado” e “parar de vacilar diante dos que exigem as coisas na base do barulho”. Nesse caso, chama-nos a atenção a realização lexical da expressão nominal, pois os três itens que o articulista chama de obstáculos entoa em “alto e bom som” a apreciação social negativa do governo Lula, já explicita também através da “bagunça” acima mencionada.

Seja remetendo a um item discretizado ou a uma porção de texto, as expressões nominais destacadas nesse artigo de opinião transmitem valorações sociais históricas em relação ao PT, quais sejam: que o PT é baderneiro, que sindicalistas não possuem capacidade de governar o Brasil e que o presidente Lula e os seus ministros são incompetentes para desenvolver as atividades que seus cargos exigem.

Por meio dessa pequena análise, é possível notar que os grupos nominais desempenham importantes funções na construção do objeto de discurso, pois, além de serem expressões referenciadoras, orientam argumentativamente o texto através da entonação de valores sociais.

Nosso interesse agora se direciona às expressões sublinhadas, que são resumidoras/encapsuladoras de porções de textos – quer um parágrafo inteiro, quer uma sentença – configurando-se numa expressão nominal rotuladora. A estratégia de sumarizar uma proposição é denominada rotulação (*labelling*, Francis 2003[1994]), realizada pelo rótulo, grupo nominal que sumariza porções de texto, com o núcleo composto geralmente por um termo genérico que encontrará sua

realização lexical no cotexto. É sobre os rótulos que passaremos a discorrer no próximo item deste capítulo.

2.2 OS RÓTULOS

2.2.1 Apresentação

Vários são os termos que têm servido para designar um mesmo fenômeno de referência, a sumarização de segmentos do texto por meio de expressões nominais. Para Conte, *encapsulamento anafórico* é o termo que descreve uma anáfora lexicalmente baseada, que é formada por um nome geral (ou avaliativo) e que possui clara preferência pelo determinante demonstrativo. Trata-se, para ela, de

[...] um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença).

(CONTE, 2003[1996], p. 178)

Para mostrar o evento definido, *encapsulamento anafórico*, a autora oferece dois exemplos, um em italiano e outro em inglês, sendo um desses transcrito abaixo, já traduzido:

(2)

Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*.

(grifo da autora)

Como se nota, a “paráfrase resumidora” *esta situação* encapsula anaforicamente uma porção do texto precedente.

Segundo Conte (2003[1996], p. 179), essa forma anafórica é muito diferente dos exemplos padrão da anáfora, pelos seguintes motivos: i) os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes com *status* ontológico diferente: são entidades de uma ordem superior como estados de coisas, situações, processos, ou fatos, proposições ou atos de enunciação; ii) o antecedente (caso seja legítimo designar assim) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor.

Além desses aspectos, Conte (2003[1996], p.190), em nota, declara que “a função desses sintagmas nominais é muito semelhante à dos ‘demonstrativos sozinhos’, quando eles se referem a objetos abstratos”, no entanto, obviamente, há uma significativa diferença: os demonstrativos não possuem nenhum efeito categorizante, sendo o predicado que determina a que tipo de entidade o pronome demonstrativo se refere.

Essas expressões nominais, consideradas por Conte (2003[1996], p. 180) como “nomes gerais que têm alto potencial anafórico”, podem exercer uma dupla função na dinâmica discursiva uma vez que se trata “[...] de formas híbridas, simultaneamente referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada ou inferível, como de informação nova” (KOCH, 2006b, p. 85). Esse dual desempenho do encapsulamento anafórico revela que “ele funciona como um recurso coesivo e como um princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor” (CONTE, 2003[1996], p. 183), sugerindo uma vertente interpretativa e salientando o ponto de vista do produtor, na tentativa de aproximar o leitor/ouvinte do *querer dizer* do autor.

Ao contrário do que o nome, talvez, possa sugerir, Conte (2003[1996], p. 183) argumenta que o encapsulamento anafórico não apenas veicula informação velha,

mas, no eixo do velho-novo, ele pode ser considerado novo por pelo menos dois motivos: a) o núcleo do sintagma nominal não ocorreu no texto; b) a informação cotextual é “objetificado”. Em outros termos, torna-se um referente.

À mesma estratégia de sumarizar uma proposição Francis (2003[1994], p.192) nomeia rotulação (*labelling*) – que é realizada por um elemento nominal, o rótulo, comumente um termo genérico – e, apoiando-se em Winter(1982) , acrescenta que sua principal característica é que “ele exige sua realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto”. Por se tratar de “um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (FRANCIS, 2003[1994], p.192), o rótulo pode funcionar tanto cataforicamente, precedendo a lexicalização, quanto anaforicamente, sucedendo à sua lexicalização. Nesses casos, a coesão é estabelecida por todo o grupo nominal, não somente pelo seu nome núcleo. Para ilustrar, Francis (2003[1994], p.192) cita, entre outros, o exemplo que segue:

Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir a predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se estende também aos tacos? Em resposta a esta indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou *duas razões*.

A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita.

(grifo da autora.)

Observando *duas razões* nota-se que essa expressão prediz ao leitor o que se deve esperar no parágrafo seguinte, a explicação para a “predominância de jogadores de golfe destros”. Para satisfazer essa expectativa, todo o grupo nominal (*duas razões*) é totalmente lexicalizado pelas orações imediatamente posteriores que estão em compatibilidade semântica com o núcleo *razão*. Tal fato evidencia que o rótulo prospectivo exerce, concomitantemente, a função preditiva e organizadora.

Já o rótulo retrospectivo é usado para “empacotar” uma extensão do discurso. E, para identificar um grupo nominal anaforicamente coesivo como um rótulo retrospectivo, Francis (2003[1994], p.195) afirma que “não há nenhum grupo nominal

particular a que ele se refira: não é uma repetição ou um ‘sinônimo’ de nenhum elemento precedente. Em vez disso, ele é *apresentado como equivalente* à oração ou orações que ele substitui, embora nomeando-as pela primeira vez”. Isto fica mais claro através do exemplo abaixo deixado pela autora:

... o sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes.

A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar *este problema* através da “humanização” dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por...

(FRANCIS, 2003[1994], p.195 – grifo da autora.)

Este problema é um rótulo retrospectivo e, portanto, sua lexicalização precede o seu uso, indicando ao leitor como interpretar a rejeição aos anticorpos do rato, no caso, como *problema*. Essa caracterização antecipada pela descrição dos anticorpos como ineficazes (“isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes”) é que estabelece um “quadro de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido” (FRANCIS, 2003[1994], p.195). No exemplo dado, o argumento subsequente é a solução para *este problema* que está descrita no segundo parágrafo.

Vale a pena mencionar, neste ponto, que um rótulo retrospectivo não necessariamente se refere a uma extensão de discurso claramente delimitada ou identificável: nem sempre é possível decidir onde se encontra o limite inicial de sua base de referência. Isto pode ser explicado em termos da função coesiva intrínseca dos rótulos retrospectivos: eles são usados, como o *esta* anafórico, para dizer ao leitor para seccionar em sua mente o que veio antes.

(FRANCIS, 2003[1994], p.200 – grifo da autora.)

Considerando ainda os movimentos prospectivos e retrospectivos dos rótulos, Francis (2003[1994], p.200) observa que também há rótulos que sumarizam porções textuais tanto subsequentes quanto precedentes, configurando uma rotulação ampliada, onde, em suas palavras, o rótulo “funciona para trás e para a

frente: para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para a frente, para avaliá-la”.

Analisando as considerações de Conte (2003[1996]) e Francis (2003[1994]) sobre o *encapsulamento anafórico / rótulo*, Zavam (2007, p.131) declara que dois aspectos chamam a atenção nos trabalhos dessas linguístas francesas. O primeiro consiste no fato de os exemplos dados para ilustrar o *encapsulamento anafórico* servirem à ilustração de um *rótulo*. O segundo diz respeito ao fato de ambos apontarem funções comuns aos fenômenos tratados distintamente, quais sejam: funcionar “como princípio organizador na estrutura discursiva” e interpretar “ um parágrafo precedente e funciona[r] como ponto de início para outro” (CONTE, 2003[1996], p.184), e a de “conectar e organizar o discurso escrito” e “ter claramente um papel organizador que se estende para o todo do próximo parágrafo” (FRANCIS, 2003[1994], p. 193).

Além dessas considerações, é possível observar ainda que Conte constata que os sintagmas nominais encapsuladores funcionam “como recurso de interpretação intratextual que *rotulam* porções textuais precedentes” (CONTE, 2003[1996], p. 185 – grifo nosso), e Francis declara que “um rótulo retrospectivo serve para *encapsular* ou empacotar uma extensão do discurso” (FRANCIS, 2003[1994], p. 195 – grifo original).

Essas observações são relevantes porque mostram que, tomando essa estratégia de referência quer como um *encapsulamento anafórico*, quer como um *rótulo*, fica evidente que ela é responsável pela sumarização de porções textuais e vem sob a forma de uma expressão nominal, a qual ganha o estatuto de objeto de discurso.

Como nosso intuito neste trabalho é analisar as expressões nominais que sumarizam tanto informações que precedem o sintagma nominal quanto as que a ele sucedem, optamos por adotar a designação *rótulo* nesta pesquisa.

E, embora reconheçamos a importância dos trabalhos realizados pelas autoras supracitadas, distanciamos-nos em parte de suas abordagens porque elas repousam numa análise que prioriza critérios lexicais e sintáticos e, por isso, analisam o fenômeno observando principalmente os aspectos de estruturação e organização da superfície textual, conforme já mencionamos.

Também de acordo com que já foi dito, nossa pesquisa se baseia na concepção sociointeracionista, e por isso entendemos a linguagem como uma atividade sócio-histórica de construção do mundo e interação de sujeitos, através dos textos. Estes, por sua vez, não se caracterizam apenas pela sua construção linguística, mas também pelo seu funcionamento sociodiscursivo, portanto, quer na produção, quer na inteligência, o texto ultrapassa o linguístico, envolvendo processos como: memória discursiva, valores sociais presumidos, dialogismo, ação reflexiva dos sujeitos, inferências, analogias – entre outros.

Assim, estudar as estratégias que constituem o texto, na perspectiva sociointeracionista, implica concebê-las não como simples escolhas lexicais ou sintáticas, mas como marcas enunciativas que revelam as ações do sujeito na construção do mundo. O rótulo, portanto, na construção textual, é uma importante instrução para a construção de sentido, conduzindo e explicitando posicionamentos assumidos, construindo a argumentatividade no texto.

Por isso, no estudo dessa categoria linguística, aproximamo-nos das pesquisas de Koch (2004, 2006a) e Carvalho (2005) pelo fato de suas análises e classificações se darem na mesma perspectiva teórica por nós assumida.

2.2.2 Classificação

Koch (2006b, p.85) divide os rótulos, ainda que de forma provisória, em dois grandes grupos: os que fazem referência ao conteúdo do enunciado, por isso relativo ao '*dictum*', e os que fazem referência ao modo como o que se diz é dito, ou seja, relativo ao '*modus*'. Os rótulos referentes ao '*dictum*' encapsulam (nomeiam) o **conteúdo** de segmentos textuais anteriores ou subsequentes de forma aparentemente neutra. São, portanto, para autora, rótulos geralmente não

avaliativos. Os rótulos que recaem sobre o *'modus'* rotulam não o conteúdo de uma porção de texto (antecedente ou subsequente), mas o ato da enunciação. Esses rótulos, por sua vez, são **metadiscursivos**.

É necessário expor que, embora Koch (2006b) faça essa divisão, ela mesma reconhece a precariedade da distinção entre rótulos de **conteúdo** e **metadiscursivos** uma vez que todos os rótulos possuem certo grau de subjetividade já que o produtor, ao rotular segmentos textuais e, conseqüentemente, ao criar um novo objeto de discurso, procede a uma avaliação desses segmentos e utiliza o rótulo que julga mais adequado ao seu projeto de dizer. Por isso “mesmo no caso dos rótulos ‘de conteúdo’, há sempre uma escolha, e esta será sempre significativa em maior ou menor grau. Daí a precariedade da distinção entre os dois grupos, já que em ambos a metaenunciação se faz presente” (KOCH, 2006b, p. 88).

Tendo em vista que nosso objetivo não visa a propor uma nova classificação para os rótulos devido ao problema acima elucidado, optamos por apresentar as mesmas classificações de Koch (2006b), juntamente com as “precariedades” que a própria autora reconhece que elas possuem – fato com que concordamos e problematizamos um pouco mais.

Antecipamos também que os textos usados para exemplificar as diferentes classes de rótulos que apresentaremos já foram utilizados pelos autores que consultamos. Alguns deles foram usados para expor o mesmo tema que tratamos, mas outros para abordar diferentes aspectos textuais.

2.2.2.1 Rótulos de conteúdo

Como foi acima mencionado, os rótulos de conteúdo se referem ao *'dictum'* e nomeiam o conteúdo de porções de texto de forma aparentemente neutra. Nesse

ponto, queremos problematizar um pouco sobre essa possível neutralidade dos rótulos de conteúdo indagando: eles podem realmente ser neutros, ser não avaliativos?

Argumentamos a favor de uma resposta negativa para a indagação acima. No nosso entendimento os rótulos de conteúdo não são neutros de forma alguma, por alguns motivos. O primeiro é a própria metaenunciação que também está intrínseca ao seu uso. Como está em parágrafo anterior, “há sempre uma escolha que será sempre significativa em menor ou maior grau” (KOCH, 2006b, p. 88). Portanto, se as escolhas mostram a ação do sujeito a fim de adaptar os recursos da língua para sua proposta de sentido, seu *querer dizer*, é possível defender que até naqueles rótulos de conteúdo compostos apenas por determinante e nome genérico (o que à primeira vista pode dar a sensação de neutralidade) é possível depreender a avaliação do sujeito e calcular a contribuição do uso de um determinado rótulo, e não de outro, na produção de sentido. O rótulo o mesmo fenômeno no texto “O sorriso de Lula Lisa” ilustra bem o que dizemos.

Além disso, vale relembrar a fala de Bakhtin que diz:

A língua como sistema possui, evidentemente, um rico arsenal de recursos linguísticos – lexicais, morfológicos e sintáticos – para exprimir a posição emocionalmente valorativa do falante, mas todos esses recursos enquanto recursos da língua são absolutamente *neutros* em relação a qualquer avaliação real determinada. [...] o real juízo de valor, só pode ser realizado pelo falante em seu enunciado concreto. As palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes.

(BAKHTIN, 2003[1952-53], p. 289)

O que queremos destacar nessa citação é que os recursos da língua enquanto possibilidades de uso são neutros, pois servem para entoar diferentes valores (“as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes”). No entanto, “o real juízo de valor” está no enunciado concreto e nele não há espaço para a neutralidade.

Essa avaliação, ou não neutralidade, é importante lembrar, é construída com o auxílio do material verbal. Assim, o rótulo de conteúdo como estratégia de referenciação usada no ato concreto da enunciação não é imparcial, porque é um meio utilizado pelo sujeito para construir objetos de discurso e entoar a valoração social – revelando sua responsabilidade e responsividade. Portanto, os rótulos de conteúdo são marcas enunciativas que devem ser compreendidas como marcas discursivas, ou seja, “não apenas deixadas verbalmente no enunciado, mas marcas da enunciação de um sujeito, de um lugar histórico e social, de uma posição discursiva, que circula entre discursos e faz circular discursos” (BRAIT e MELO, 2008, p. 72).

Acreditamos que, embora Koch (2006b) diga que os rótulos de conteúdo sejam “aparentemente ‘neutros’”, a autora mesma dá pistas para a fragilidade de considerá-los realmente não avaliativos, pois declara que “os rótulos relativos ao conteúdo encapsulam, de forma geralmente ‘neutra’, os conteúdos expressos em porções de texto precedente ou subsequente” (KOCH, 2008b, p. 88). Nesse excerto, “geralmente ‘neutra’” pode indicar que os rótulos de conteúdo, em certos casos, explicitam uma avaliação e, em outros, podem mascará-la – nessa última situação é que surge a impressão de neutralidade. Porém, a neutralidade que porventura eles venham a sugerir não é legítima, e as aspas utilizadas no termo ‘neutro’ podem nos sugerir essa compreensão.

Além disso, Koch (2006b, p.88 – grifo da autora) declara:

Por exemplo, o fato de o produtor rotular o conteúdo que está sumarizando como **fato, episódio, acontecimento, evento, cena** constitui sempre uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa.

(KOCH, 2006b, p.88 – grifo da autora.)

Nesse mesmo sentido, de mostrar a falsa neutralidade dos rótulos de conteúdo, Koch (2006b, p.88 – grifo da autora) segue afirmando:

Mesmo em se tratando de rótulos de conteúdo, pode-se observar, em muitos casos, a diferente força argumentativa resultante do uso de determinado rótulo e não de outro, como fica patente nos exemplos:

(15) Acredita-se que o ser humano poderá um dia controlar seus instintos, sentimentos e ambições, de modo a tornar a Terra um planeta de paz e fraternidade. **A hipótese** merece credibilidade e vale a pena pagar para ver.

(15) Acredita-se que o ser humano poderá um dia controlar seus instintos, sentimentos e ambições, de modo a tornar a Terra um planeta de paz e fraternidade. **Esse delírio** só poderia ser fruto de mentes pouco realistas.

Fica claro também nos exemplos propostos pela autora a diferença no grau de avaliação entre **a hipótese** e **esse delírio**, sendo este, à primeira vista, bem mais explicitador de uma avaliação do que aquele. Por isso, a linguista acredita que é possível pensar em uma escala de argumentatividade ao longo da qual se situam os rótulos, “desde aqueles aparentemente neutros, ou seja, em que o produtor **opta** por apresentar seu discurso como neutro, ‘afivelado à máscara da neutralidade’, até aqueles dotados de elevada carga argumentativa” (KOCH, 2006b, p. 88 – grifo da autora).

Dessa forma, embora a autora não enquadre explicitamente nas “precariedades” a configuração avaliativa e não avaliativa que ela confere aos rótulos, esse fato, ao nosso ver, também é um ponto frágil em suas classificações.

Ratificando o nosso posicionamento, compreendemos que o rótulo de conteúdo, embora possua nome genérico em sua composição, como é próprio dessa categoria, não é neutro. Isso porque, no seu uso, o sujeito procede a uma avaliação – e essa pode levá-lo a tomar a decisão pela ‘máscara da neutralidade’, que em si já é posicionamento avaliativo – portanto, no texto (compreendido como enunciado), o rótulo de conteúdo também entoa apreciações sociais.

Muito comum em se tratando de rótulos de conteúdo é o uso metafórico dessas expressões para a recategorização do objeto de discurso. A utilização da rotulação metafórica revela que o uso da metáfora é “mais do que um simples fenômeno linguístico de natureza semântica” (MARCUSCHI, 2000, p.73), ela é um revelador da atividade criativa da linguagem.

Essa criatividade, para Marcuschi (2000, p.73), é algo mais que a produção de sentenças com base numa série de regras, ou seja, é mais que a noção de

criatividade proposta por Chomsky, que se reduz à recursividade. Para ele, “criatividade vai determinando-se como um processo de violar os símbolos, dando-lhes algo que no sistema abstrato não estava previsto”, assim, criar é “algo mais do que simplesmente usar a linguagem em situações contextualmente novas. É fazer com que a linguagem consiga transmitir aquilo que foi criado à sua revelia e à margem do instituído” (MARCUSCHI, 2000, p.74-75).

A criatividade linguística, para Marcuschi (2000, p.73), está para o âmbito do *não previsto*, não no uso dos símbolos linguísticos, mas na atividade de se violarem os símbolos, indo além do que está previsto no sistema abstrato. Por esse motivo, o autor não considera que haja criatividade em *todos* os atos de fala, mas somente naqueles que em que há “algo mais que a convenção, o uso e o saber comum estejam presentes” (MARCUSCHI, 2000, p.74).

Para Marcuschi, a metáfora

criaria pois uma realidade nova. [...] é um modo novo de conhecer e comunicar o mundo assim conhecido. Ela é, de certa forma, um recurso reestruturador da realidade, criando novas áreas de experiência que fogem ao indivíduo restrito à realidade puramente factual.

(MARCUSCHI, 2000, p. 75-76)

Nessa “criação de uma realidade nova”, ou ainda, nessa “reestruturação da realidade”, encontramos sempre uma realidade intersubjetivamente comunicável. Leia-se o exemplo abaixo de Koch:

(6) A gasolina cheira mal no Brasil. E não é de agora. Em 14 de junho de 2000, IstoÉ cunhou a expressão “gasolina podre” [...] A reportagem mostrava, então – mais de quatro anos atrás – que o combustível oferecido em boa parte dos postos do país era misturado com solvente ou água, danificando motores e prejudicando consumidores. A reportagem denunciou também que, como fruto de uma verdadeira farra de liminares fornecida pela Justiça, naquele momento em cada quatro litros de combustível vendido [um] não pagava impostos. Meses depois, em outubro, IstoÉ [...] denunciava o esquema de compra de permissões, na Agência Nacional do Petróleo (ANP), para funcionamento de distribuidoras.

No **pântano jurídico**, liminares eram fornecidas a empresas antes mesmo de sua constituição legal. Pouco se fez para pôr ordem na **orgia**.

(KOCH, 2005, p.37-38 – grifo da autora.)

Nesses rótulos destacados pela autora, o uso metafórico cria uma nova realidade, um domínio conceitual depreciativo para a construção de referentes discursivos. O primeiro rótulo – **o pântano jurídico** – empacota informações-suportes presentes no parágrafo anterior e remete a um campo semântico de lugar obscuro e inconfiável, pois, embora sendo um lugar jurídico, que é defendido por aqueles que neles estão e socialmente requerido como lugar de respeito, ordem, sabedoria e julgamento não tendencioso, conforme sugere a deusa Têmis, símbolo do direito, é desse meio que emergiu “uma farra de liminares”.

Não seria surpreendente que liminares fossem dadas no domínio judiciário. Na verdade esse é o campo de atividade profissional socialmente reconhecido como capaz de produzir liminares, mas as liminares de que trata o texto não são as que se espera que juízes façam. Elas são corruptas, pois “eram fornecidas a empresas antes mesmo de sua constituição legal”. Esse rótulo – **o pântano jurídico** – é um instrumento para a criação de um referente textual e não deve ser visto como correspondência biunívoca entre palavras e coisas, mas por ser uma “não etiqueta” ele se torna compreensível e legitimado no discurso por meio da intersubjetividade presente na interação.

No segundo rótulo, esse domínio conceitual depreciativo é reforçado através do uma nova recategorização do conteúdo textual referente às liminares, nomeando-o agora como **a orgia**. A noção de desqualificar o judiciário também pode ser percebida, mas agora focalizando não o ambiente, mas as atitudes daqueles que estão no meio judiciário. Isso porque **orgia** faz alusão a interações interpessoais imorais, inaceitáveis pelas convenções socialmente instituídas.

Em ambos os rótulos é possível observar a avaliação voltada para o “impróprio”. O ambiente jurídico que deveria ser de moralidade e justiça mostra-se às avessas do que se espera, e as atitudes daqueles que nele atuam são igualmente incabíveis, segundo parece indicar o texto.

Esses sentidos sugeridos pelos rótulos metafóricos estão longe de serem interpretações definidas porque, usando os termos de Marcuschi (2000, p.85), “[...] a metáfora no seu mais legítimo sentido, tem uma finalidade em si e não exige compreensão definida e sim apenas sugerida”.

Até aqui mostramos que os rótulos de conteúdo resumizam o *dictum* de porções de texto. Passaremos, no próximo subtópico, à classificação daqueles que se referem ao *modus*, ou seja, aos rótulos metadiscursivos.

2.2.2.2. Rótulos Metadiscursivos

Ainda nesse escopo da “fabricação da realidade”, onde objetos de discurso são construídos situadamente em um processo dinâmico e intersubjetivo, é possível encontrar rotulações metaenunciativas que mostram o faceta “meta” dos rótulos, ou seja, o rótulo dobra-se sobre o discurso que é rotulado.

Essa modalidade de referenciação possui uma característica peculiar que é a autorreflexividade discursiva, assim, o discurso dobra sobre si mesmo e o próprio discurso torna-se discurso e objeto de discurso. Os rótulos metadiscursivos não fazem referência ao conteúdo proposicional, à informatividade tópica dos segmentos textuais sumarizados, mas focalizam a atividade enunciativa, “a *mise-en-scène* do discurso (cf. Jubran, 2005, p. 230). E ainda:

[...] em todas as ocorrências de metadiscurso, há esse jogo multiplano em que referentes textuais constitutivos do elemento-fonte anaforizado desempenham uma função informacional relativa à elaboração tópica do texto e passam, no anaforizador, a se constituir objetos de referenciação e qualificação no contexto da atividade enunciativa [...].

(JUBRAN, 2005, p. 230)

Esse dobrar-se sobre o discurso é o que se nota em **o diálogo** no exemplo abaixo – fragmento extraído de Koch & Elias (2010, p. 152). Essa forma nominal remete anaforicamente a uma citação de fala entre mãe e filha, sem que haja uma relação

entre anaforizador e citação-fonte baseada no seu conteúdo proposicional. Isso porque o rótulo anafórico rotula a fonte com um termo da metalingua (nome de texto) o que proporciona um desdobramento do foco do texto para o da atividade enunciativa. A citação ao ser usada no discurso funciona como uma informação, mas, ao ser nomeada como **o diálogo**, passa a ser referenciada como ato enunciativo, figurando-se como discurso e objeto de discurso.

Dia dos Morenos

SÃO PAULO – Mãe, você sabia que quinta-feira não vai ter aula?

–É, filha, eu sei...

A garota, de apenas cinco anos, se apressa na explicação:

– É porque quinta-feira é feriado. É o Dia dos Morenos...

O diálogo que intrigou a mãe ocorreu na semana passada. Ao chamar o Dia da Consciência Negra assim, a criança, na inocência do seu eufemismo involuntário, que provavelmente ouviu de alguém (inocente?), toca o nervo da questão racial no Brasil.

Transformar a morte de Zumbi dos Palmares numa data “morena” é um sintoma do nosso racismo cordial, sem dúvida, mas também é uma forma de exaltar a mistura étnica da nossa formação, o caldeirão biológico e cultural em que borbulha nossa civilização mestiça.

[...]

(grifo da autora)

Nos rótulos metadiscursivos o que se observa é que não há uma mudança de atributos de um referente, que no exemplo dado seria o Dia dos Morenos, mas uma mudança da “própria natureza da referenciação, deslocada do núcleo referencial em processo para um plano ambivalente de discurso e de glosa sobre o discurso” (JUBRAN, 2005, p. 234).

Essa mudança de “natureza de referenciação” leva à introdução de um novo referente discursivo, focalizado na atividade discursiva. Por isso, também na rotulação metadiscursiva, justamente por não haver recategorização de um referente-fonte, não há a possibilidade de correferencialidade e cossignificatividade.

Koch (2006, p. 86) considera que as rotulações metadiscursivas recaem sobre o modo do dito atribuindo uma qualificação ao ato da enunciação e propõe distribuir os

rótulos metadiscursivos em quatro grupos: (a) rótulos de atos ilocucionários; (b) rótulos de operação cognitivo-discursiva; (c) rótulos metalinguísticos e; (d) rótulos metaenunciativos.

Sob essa classificação é que passamos a discorrer um pouco mais sobre a rotulação metaenunciativa.

a) rótulos ilocucionários

Com clara referência à Teoria dos Atos de Fala de John L. Austin (1990) que, segundo Ottoni (2002), defende uma “visão performativa da linguagem”, os rótulos com nomes ilocucionários são aqueles que nomeiam uma ação e dizem respeito à força com que aquilo que se diz é dito. A presença do caráter “meta” revela-se nesse tipo de rótulo na relação dizer-fazer uma vez que, ao “empacotar” determinada extensão do discurso, essas formas mostram a realização de uma ação através do enunciado. São exemplos de nomes ilocucionários: *pedido, promessa, conselho, acusação, aviso, asserção, declaração, advertência, proposta, autorização, negação, alegação, desculpa, rejeição, relatório, sugestão* e outros. Por possuírem verbos ilocucionários cognatos, Carvalho (2005, p. 67) diz que esses rótulos são nominalizações de ações verbais e apresenta o exemplo abaixo:

“Será que querem nos fazer crer que a União Europeia poderia ter acesso aos “mercados” da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? **A resposta** foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do U. S. Council for International Business (OSCIB): “Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter um acordo global (big deal). Tanto para os Estados Unidos como para a União Europeia, isso implica algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, de uma parte e de outra, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos”.

(CARVALHO, 2005, p. 67 – grifo da autora)

O rótulo **a resposta** remete à citação de fala de Pascal Lamy tomando-a como um ato de fala, categorizando-o pelo seu objetivo ilocucionário de esclarecimento à possível indagação feita pelos componentes do U.S. Council for International Business (OSCIB). Com isso, observamos que essa expressão catafórica muda seu foco: sai do conteúdo do texto sumarizado e passa para a enunciação, pois nomeia a ação verbal praticada pelo político francês pela sua característica de esclarecer um questionamento.

Vale ressaltar que, no rótulo ilocucionário, a seleção do nome para rotular o discurso de alguém não expressa, necessariamente, a força ilocucionária original que o enunciado possa ter. O que há é uma interpretação do produtor daquela força. Se, em vez de **a resposta**, o produtor tivesse escolhido **o apelo**, isso certamente teria envolvido outra interpretação.

b) rótulos de operação cognitivo-discursiva

Essa categoria de rótulos é resultado de operações cognitivo-discursivas como: *reflexão, ponderação, esclarecimento, argumentação, constatação, relato, comentário etc.*

O exemplo a seguir, extraído de Jubran (2005, p. 230), é bem ilustrativo dessa categoria de rótulos. **A avaliação** e **os comentários** são rótulos anafóricos que atribuem ao conjunto de proposições antecedentes propriedades enunciativas, pois categorizam a fonte com nomes que designam atividades languageiras associadas a processos mentais, imputadas, pelo autor do texto, a quem as produz (Charles Adams):

Os governos dos países da América Latina podem colocar em risco o crescimento da região se elevarem muito os juros e cortarem despesas de forma drástica para defender o valor das moedas. **A avaliação** é de Charles Adams, diretor assistente de pesquisa do FMI [...] **Os comentários** de Adams refletem o receio de que fórmulas tradicionalmente defendidas possam levar à recessão.

(JUBRAN, 2005, p. 230 – grifo da autora)

c) rótulos metalinguísticos

O rótulos metalinguísticos são compostos por nomes de atributos da língua ou do texto e referem-se à estrutura textual-formal do discurso. Segundo Francis (2003[1994], p.210) “não há nenhuma interpretação envolvida”.

Para nós, ao fazer essa afirmação, parece que Francis inferioriza a importância desse tipo de rótulo, restringindo sua função a apenas delimitação formal do texto, sem qualquer ação do sujeito no ato de referir. De fato o rótulo metalinguístico sozinho aparenta ser “vazio” de orientação argumentativa, mas, como entendemos que na atividade de referenciação o sujeito procede uma avaliação, esses rótulos não são ingênuos no enunciado – posição também defendida por nós anteriormente em relação aos rótulos de conteúdo.

São exemplo de nomes metalinguísticos: *frase*, *pergunta* (assinalada graficamente), *sentença*, *palavra*, *excerto*, *página*, *parágrafo*, *passagem*, *citação*, *seção*, *termo* etc. Um rótulo dessa tipologia se verifica na citação abaixo extraída de Jubran (2005, p.230 – grifo da autora):

O premiê (Tony Blair) aproveitou para rejeitar “a imposição de novos escudos para controlar o movimento internacional de capitais ou recuo no livre comércio”. **A frase** é mais uma evidência de quanto se dissemina, entre os dirigentes dos partidos ricos, o temor de que os mercados emergentes recorram a medida que fujam do receituário liberal.

d) rótulos metaenunciativos

Esses rótulos são marcas de conotação autonímica (AUTHIER-REVUZ, 1981) onde o discurso se dobra sobre si mesmo indicando não coincidências no dizer. Eles assinalam polifonia na grande maioria das vezes, pois “o objeto de menção é

atribuído à voz de outro(s) enunciador(es), da qual o locutor geralmente discorda, ou, pelo menos, em relação à qual deseja mostrar distanciamento” (KOCH, 2006b, p.87). Por esse motivo é muito comum o uso das aspas nesse tipo de rótulo. Vejamos o exemplo abaixo de Carvalho:

[...]

De lá para cá, muitos fatos novos provocaram aumento do “rombo”, ou diferença entre o valor gasto e o valor recebido nas privatizações. Entre eles, dois merecem destaque, por representarem a perda de bilhões de reais, anos a fio, para os cofres do governo, isto é, para a população. Primeiro fato: a revelação, por parte do secretário da Receita Federal, de que o “ágio” (diferença entre o preço pedido nos leilões e o lance vencedor o do “comprador”) é devolvido ao Tesouro, sob a forma de “abatimentos” no Imposto de Renda – isto é, “perdão” da arrecadação. A antirreforma tributária. Segundo fato, também estarecedor: **a “solução”** dada pelo governo à nova etapa de privatização do setor de energia elétrica. Agora, após a venda de grande número de hidrelétricas, como em São Paulo, chegou a hora da instalação de usinas termelétricas, isto é, movidas a gás e não pela água dos rios. Os 23 projetos existentes, basicamente, de grupos empresariais dos EUA, estavam “encalacrados”. Por quê? Com a alta dos preços mundiais do petróleo, o custo do gás também subiu, e a energia gerada, com ele ficou muito cara, antieconômica. Solução do governo, anunciada solenemente? As empresas terão gás a preço abaixo dos níveis do mercado. Como assim? O governo mandou a Petrobrás assinar contratos assim, garantindo o fornecimento a baixo custo por vinte anos. A Petrobrás, o Tesouro (seu acionista), os contribuintes vão subsidiar os grupos estrangeiros, ter prejuízos para eles terem lucro. Mais uma antirreforma. E não é só isso: se as usinas construídas não conseguirem clientes para consumir toda a energia produzida, nem assim terão lucros menores. A Eletrobrás, isto é, o Tesouro, os contribuintes, “comprarão” a “sobra de energia...”.

[...]

(CARVALHO, 2005, p. 81 – grifo da autora)

Observando esse texto, é possível encontrar o uso recorrente das aspas para indicar um afastamento do dizer. O termo destacado (**a “solução”**) é um rótulo que empacota a porção do texto que fala sobre privatização do setor de energia elétrica e sua consequência: a instalação de usinas movidas a gás. Para o escritor, essa é uma “solução” falsa porque, de fato, o que ocorrerá com a instalação de usina a gás é o desfalque no Tesouro Nacional. As aspas, nesse caso, evidenciam que a voz que fala no texto não coincide com o discurso daqueles que realmente acreditam (ou apresentam) na solução apresentada.

Finalizando esta parte que aponta de forma condensada a abordagem que a Linguística Textual faz sobre a rotulação, podemos notar que: os rótulos são

expressões nominais que sumarizam porções maiores ou menores de texto; possuem realização lexical no cotexto; têm *status* diferente de sua realização lexical (enquanto o rótulo é nominal, a realização lexical é oracional); pode funcionar retrospectiva ou prospectivamente (em alguns casos simultaneamente); ao empacotar, introduzem um novo objeto de discurso; são formas nominais referenciadoras e predicativas; quanto à configuração consideramo-la sempre avaliativa, embora alguns rótulos sejam mais explicitadores da avaliação do que outros; por fim, podem se referir ao *dictum* ou ao *modus*.

2.2.3 Nominalização e Rotulação

Quando a proposição de uma sentença ou porção de texto se transforma em referente por meio do sintagma nominal (rótulo), é possível observar a estratégia discursiva de rotulação. Nos casos em que essa expressão nominal possui o lexema-núcleo derivado de um verbo ou adjetivo presente no conteúdo informacional empacotado, o sintagma nominal é considerado uma nominalização.

Zamponi (2003, p. 200), analisando os trabalhos de Apothéloz (1995a,b) e Apothéloz e Chanet (2003[1997]) sobre a nominalização, ressalta que os autores fazem uma ponderação sobre o termo “nominalização”. Segundo esses linguistas franceses, o termo “nominalização” é utilizado para indicar tanto o processo quanto a expressão anafórica. No entanto, *processo* e *expressão* são coisas bem distintas, por isso, os autores propõem utilizar o termo “nominalização” para nomear a operação discursiva, que é de natureza anafórica ou catafórica, e “informação suporte” e “substantivo predicativo”, para indicar, respectivamente, os elementos linguísticos que compõem o conteúdo da proposição antecedente ou subsequente e o lexema que condensa o discurso. Comentando os termos citados, Zamponi (2003, p.200)

ressalta que “substantivo predicativo é uma noção semântica e não morfológica: um substantivo é predicativo em razão de seu significado e não em razão de ser morfológicamente derivado de um morfema verbal”.

Para Koch (2006a, p. 93) encapsular ou sumarizar é “uma função própria particularmente das nominalizações que, ao encapsularem as informações-suporte contidas em segmentos precedentes, sintetizam-nas sob a forma de um substantivo-predicativo, atribuindo-lhes o estatuto de objetos de discurso.”

Trazemos essas considerações sobre a nominalização para esta dissertação, a fim de mostrar que, se considerarmos somente o efeito encapsulador inerente à nominalização e ao rótulo, pode-se afirmar que a nominalização é um rótulo. No entanto, se analisarmos os processos envolvidos na operação de nominalização e de rotulação, verificamos que há algumas ressalvas a fazer: o rótulo, diferentemente da nominalização, não é um lexema derivado de outro presente no contexto; a nominalização é um recurso gramatical, ao passo que o rótulo tem um caráter metalinguístico já que a escolha de um rótulo depende de uma avaliação do enunciador sobre o conteúdo que vai ser encapsulado e está estreitamente ligado ao seu projeto de dizer. Isso nos leva a pensar que o uso da nominalização tende a ter menor grau de argumentatividade. Além disso, o rótulo estende o funcionamento encapsulador pois ultrapassa os limites da materialidade linguística (cf. Carvalho, 2005).

Assim, entendemos que embora haja pontos em comum entre a nominalização e o rótulo (ambos são expressões nominais e sumarizam porções de texto), isso não os torna processos de referenciação equivalentes.

CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A comunicação humana nas diversas práticas sociais é realizada por meio de enunciados, orais ou escritos, concretos e únicos, produzidos por integrantes dos diversos campos da atividade humana. Esses enunciados formam os elos da cadeia ininterrupta da comunicação social e, em relação dialógica ao que já foi dito, afirmam ou confrontam os enunciados já ditos e, ao mesmo tempo, se põem à resposta.

Os enunciados, se observados de forma particular, são individuais, mas, se analisado cada campo de utilização da língua, observa-se que cada um deles elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais Bakhtin (2003[1952-1953], p.261) denomina *gêneros do discurso*.

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] Evidentemente, cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

(BAKHTIN, 2003[1952-53], p.261, grifo do autor)

Conforme se lê, esses *tipos relativamente estáveis*, marcados social e historicamente – já que estão relacionados diretamente com as diferentes situações sociais – são os gêneros. Eles se constituem em formas razoavelmente padronizadas e estáveis de construção de enunciados em dados campos de atividade humana. Sua existência bem como suas características temáticas, composicionais e estilísticas se estabelecem conforme possibilita a situação de interação social.

Para Cunha (2007, p. 167), Bakhtin, diferentemente das abordagens literárias e linguísticas até então predominantes, as quais concebiam os gêneros como tipos textuais¹⁰ rígidos e definidos, segundo as regularidades de forma e conteúdo (descrição, narração, argumentação, injunção, diálogo e explicação), definiu os gêneros a partir de critérios não linguísticos: as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade humana, o conteúdo temático, o estilo de língua, e a construção composicional.

Para Bakhtin, “se não existissem os gêneros do discurso e não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los a cada primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (BAKHTIN, 2003[1952-1953], p. 302).

Os gêneros, como entidades sociodiscursivas, contribuem para organizar e estabilizar relativamente as atividades comunicativas diárias, porém, como artefatos sociais, não são instrumentos enrijecedores da ação criativa. Assim, embora a noção de gênero apresentada por Bakhtin (2003[1952-1953]) reconheça uma certa estabilidade/ normatividade nas produções verbais dos falantes/escreventes, esse estudioso não os considera construtos inalteráveis. Pelo contrário, eles são, acima de tudo, maleáveis e dinâmicos: surgem, modificam-se e até desaparecem, em função das necessidades sociocomunicacionais.

O gênero está intrinsecamente ligado ao entorno social do qual emerge e, por isso, segundo Marcuschi, “torna-se impossível tratar gênero do discurso independente da realidade social e de sua relação com as atividades humanas” (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Baseando-nos nessa concepção social de gêneros é que escolhemos o artigo de opinião para aplicar os pressupostos teóricos de nossa pesquisa. Tal escolha se deu pelo fato de o uso desse gênero ter se intensificado, nos últimos anos, tanto nos jornais quanto nas revistas, que passaram a se preocupar em reservar parte de suas páginas para os articulistas exporem suas opiniões.

¹⁰ Indicamos a leitura de Marcuschi (2008) *Produção textual, análise de gêneros e compreensão* para maiores considerações sobre a abordagem linguística atual a respeito de gênero e tipo textual.

Outro fato também que nos chama atenção para o gênero artigo de opinião é o seu uso recorrente nas aulas de língua portuguesa, particularmente nas aulas de produção de texto com vistas ao vestibular. Além desses fatores, acreditamos que o artigo de opinião é campo profícuo para o uso das expressões nominais aqui estudadas.

Segundo Melo,

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

(MELO, 1985, p. 96)

Melo (1985, p. 92), ao definir artigo de opinião, declara: “trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. [...] geralmente escrita pelos colaboradores e que se publica nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados”. Segundo o autor, como gênero opinativo o artigo possui algumas peculiaridades que o distinguem de outros pertencentes ao mesmo domínio discursivo. Apoiado nas considerações de Vivaldi (1973), Melo (1985, p. 92) declara que dois elementos são específicos a esse gênero: a **atualidade** e a **opinião**.

O sentido de atualidade para a produção desse gênero discursivo não se restringe ao cotidiano, mas ao momento histórico vivido. Assim, o articulista tem a liberdade de conteúdo e de forma, mas deve tratar de fatos ou ideias da atualidade, coadunando-se com o “espírito do jornal”. Além disso, o ponto de vista, a avaliação na exposição do conteúdo, não pode estar oculto ou dissimulado na argumentação, mas deve apresentar-se explícita e claramente, pois essa é a significação maior desse gênero e vincula-se à assinatura do autor.

Quanto à finalidade, o artigo toma duas afeições: **doutrinário** ou **científico**. O artigo doutrinário “se destina a analisar uma questão da atualidade, sugerindo ao público uma determinada maneira de vê-la ou de julgá-la. É uma matéria através da qual o

articulista participa da vida da sociedade, denotando sua condição de intelectual comprometido com o presente” (MELO, 1985, p. 93), sendo por isso mais apropriadamente chamado de artigo jornalístico. Já o artigo científico visa a tornar público o avanço da ciência, compartilhando com os leitores novos conhecimentos, novos conceitos.

Os artigos de opinião selecionados para análise foram publicados no jornal *A Gazeta*, Vitória – ES, durante o período de agosto a dezembro de 2009. Durante esses meses, seguindo os critérios de assinatura, atualidade e opinião, de forma aleatória, já que não acompanhamos todas as publicações do jornal, recolhemos alguns textos. O recorte dos três que são analisados se deu após observarmos que alguns articulistas (locais ou não) eram assíduos em suas publicações. Nosso interesse logo se direcionou para os articulistas locais, em virtude do nosso desejo de trabalhar com textos de colaboradores capixabas.

Porém, nesse ponto, nos ocorreu a seguinte questão: a rotulação seria um recurso usado pelos articulistas produtores dos textos selecionados?

Para solucionar esse problema lemos os artigos a fim de identificar se havia sintagmas nominais que funcionavam como rótulos, atendendo ao critério de Francis (2003[1994], p.192) “[...] um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado”, portanto, necessita de lexicalização no cotexto.

Encontramos rótulos em quase todos os textos e fizemos um novo recorte de três artigos que serão analisados.

É necessário esclarecer que essa pesquisa é de caráter qualitativo, portanto, constituirão dado para análise somente aqueles rótulos que julgarmos relevantes para o objetivo desta pesquisa. Também é preciso explicitar que, embora a maior parte dos estudos sobre o tema se dedique predominantemente à análise dos casos anafóricos, consideraremos os rótulos que funcionam anafórica e cataforicamente, porque entendemos que a função de orientador argumentativo pode ser desempenhada em ambas as situações.

Assim, selecionados os textos e identificados os rótulos, passamos à análise do funcionamento discursivo dessas expressões, sempre focalizando seu

funcionamento como orientador argumentativo na construção do objeto de discurso, que é o nosso objetivo.

Para buscar essa relação entre a função de orientador argumentativo e a valoração expressa discursivamente, tomamos a postura dialógica para a análise do *corpus*. Assim, procuramos observar o diálogo travado entre o texto e as condições reais de produção, bem como o contexto mais mediato. Com essa atitude visamos a evidenciar que o posicionamento assumido pelo articulista na construção do objeto de discurso é dialógico, pois responde a outros enunciados e entoa uma avaliação que não emana de um sujeito isolado, mas social.

Tendo em vista os procedimentos metodológicos assumidos, esta é uma pesquisa quantitativo- analítica que, partindo de publicações sobre o tema em pauta, procede a uma abordagem analítica e interpretativa do *corpus*.

CAPÍTULO 4 OS RÓTULOS E A ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA EM ARTIGO DE OPINIÃO

Conforme mostramos no referencial teórico, do ponto de vista da linguagem, o ser humano não possui acesso direto à realidade. A nossa apreensão do mundo é sempre mediada pela linguagem, pois “não se pode realmente ter a experiência com o dado puro” (BAKHTIN, 1993 [1920-24], p.32). Assim, o real é sempre semioticamente apresentado para nós, o que significa que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos que semiotizam o mundo e lhes dão sentido. Isso nos leva a defender que é dialógico o modo real de funcionamento da linguagem já que

o enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele. No entanto, até a mais leve alusão ao enunciado do outro imprime no discurso uma reviravolta dialógica, que nenhum tema centrado somente no objeto pode imprimir. A relação com a palavra do outro difere essencialmente da relação com o objeto, mas ela sempre acompanha esse objeto.

(BAKHTIN, 2003[1952-1953], p.300)

Esse diálogo concreto pode ser observado nesse primeiro texto que trazemos para a análise. Trata-se do artigo “Projeto Copa 2014”, publicado em 04 de setembro de 2009, que tem como temática a participação do Espírito Santo (ES) na Copa de 2014. Esse enunciado participa de um debate da época e se coloca como uma resposta concorde às vozes que defendem a efetiva inserção econômica do Estado capixaba no futuro evento futebolístico que ocorrerá no Brasil, considerando essa discursivização do mundo, essa refração da realidade como uma “necessidade”. Vejamos o texto de Ângelo Passos:

Projeto Copa 2014

A iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa do Mundo de 2014. É

um projeto desafiante mas, por certo, pode ser viabilizado por esforços bem direcionados.

Nenhuma das 12 cidades que sediarão jogos do mundo está no solo espiritosantense. Somos um dos Estados sem-Copa. Porém, isso não impede que, mesmo no sereno da gigantesca competição, o universo empresarial capixaba afigure lucro com o evento – desde que haja um trabalho inteligente e persistente. Não se deve vislumbrar apenas resultados financeiros imediatos e/ou futuros. A inserção do Espírito Santo na história de uma Copa do Mundo é um marco benéfico, sob diversos aspectos.

Os primeiros contatos estão sendo feitos. A primeira tentativa tem como alvo a seleção alemã. Os capixabas querem recebê-la em sua fase de preparação para o mundial. Tratou-se disso nesta semana durante 27º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, realizado em Vitória.

Os entendimentos devem ser continuados ainda neste ano, por meio de contatos diretos com dirigentes esportivos do país europeu. É por aí. **Esse objetivo** exige longo processo de negociação entre as partes. É preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados.

Além da Alemanha, anuncia-se que a Itália, a Holanda, a Coreia do Sul e o Japão estão na lista do interesse capixaba, visando à participação econômica do Estado no Mundial de 2014. Descortina-se a possibilidade de **uma importante experiência** para o Espírito Santo, em termos empresariais e institucionais. É óbvio que cada caso, ou seja, o projeto relativo a cada seleção, tenha tratamento específico, conforme as peculiaridades do país convidado. O que encanta italianos pode não ser o mesmo que agrada coreanos.

Supõe-se que a estratégia para trazer seleções ao estado deve começar pela costura de parcerias. O acúmulo de sinergias deve ser indispensável para atração dos desejados visitantes. Grosso modo, estima-se que a hospedagem de [seleções] exigiria investimentos em torno de US\$1,5 milhão, somando recursos do setor público (governo do Estado e prefeituras) e das atividades empresariais.

Ninguém duvida de que pescar seleções é **uma disputa muito pesada**. É preciso ser competente, ágil, fascinante. As cidades que sediarão jogos contam com a presença dos times disputantes desde a fase preparatória, e por certo não medirão esforços nesse sentido. Ou seja, governos estaduais, prefeituras e a iniciativa privada de cada uma das 12 sedes realizarão investimentos focados **nessa perspectiva**. Ademais, entre os sem-Copa, o Espírito Santo não é o único Estado que deseja alojar delegações estrangeiras em preparativo para os jogos. Muitas regiões já devem estar montando aparato profissional para buscar esse resultado.

Enfim, qualquer Estado, para almejar receber algum ganho no leilão para receber seleções [,] terá de se diferenciar. Precisarão agrupar atrativos de forma a oferecer um horizonte de vantagens (com muitos fatores interligados para conquistar a preferência do público-alvo []). Isso não é tão óbvio quando se tem em mente que na última Copa do Mundo o Brasil realizou preparativos na minúscula e bucólica Weggis, comunidade suíça com apenas 3.990 habitantes. E treinou num campinho ultramodesto, bom só para pelada. Então, os parâmetros de competitividade não são condições grandiosas, nem sofisticadas. O outro lado da moeda é que a simplicidade infraestrutural impõe àquele que busca negócios, oferecendo produtos e serviços, a complexa tarefa de ler o gosto do cliente.

O horizonte virtual de negócios em torno da Copa do Mundo não se restringe à hospedagem das seleções. O leque é muito mais amplo e diversificado. Não só grandes empresas – que vão construir e reformar estádios, estradas, implantar trem bala etc – poderão lucrar com a copa. Presume-se irradiação de efeitos em diferentes nichos do mercado nacional. Espera-se a ampliação de oportunidades para médias e pequenas empresas de vários ramos tradicionais, como vestuário, artigos esportivos, calçados, bebidas, alimentação, etc – além de dezenas de tipos de prestação de serviços.

Essa visualização de potencial inclui, necessariamente, o apoio do poder público às empresas de porte, de micro, pequenas e médias. Elas precisam ser grandes em competitividade. Na distensão do mercado interno, em função da Copa, haverão de disputar espaço com os concorrentes internacionais. O custo Brasil continua sendo muito alto.

(A Gazeta, 04 - 09 - 2011 – grifo nosso)

Segundo o texto, o Brasil possui, em relação à Copa do Mundo de 2014, estados denominados “sem-Copa”. Essa categorização se dá pelo fato de nenhuma cidade que sediará os jogos estar no território dos “sem-Copa”. Entre esses encontra-se o Espírito Santo. Se há estados “sem-Copa”, obviamente, há outros que são os “com-Copa”. Tal distinção sugere uma nova divisão geopolítica nacional decorrente da Copa do Mundo de 2014, e essa não diz respeito aos limites impostos pela cartografia tradicional, mas se relaciona com o novo traço divisor de fronteiras: o fato de possuir ou não participação relevante na Copa de 2014. Assim, ficam as federações brasileiras divididas em dois grupos: os “com-Copa” e os “sem-Copa”.

É comumente propagado e socialmente compartilhado que nosso país é o “país do futebol”, que o futebol é “uma paixão nacional”. A seleção brasileira é a única que possui o título de pentacampeã mundial e, reforçando essa “marca futebolística” no povo brasileiro, somos reconhecidos também como “seleiro de craques”, pois, frequentemente, atletas são exportados para times internacionalmente reconhecidos e o cachê pago a esses jogadores chega a cifras milionárias, evidenciando o grande valor e talento desses jovens.

É comumente propagado também, pelo menos entre os brasileiros, que época de Copa do Mundo é uma fase especial para o país. Em vários lugares o comércio fecha aproximadamente trinta minutos antes do horário das partidas em que a seleção brasileira joga, e as cores verde e amarela são usadas para decorar lojas, casas, prédios – além de adornar adultos e crianças.

Além desse envolvimento com o evento da Copa do Mundo, atualmente, até as mulheres, que antes não passavam de espectadoras, já têm uma seleção que, embora não tenha conquistado nenhum título mundial ainda, possui como destaque a jogadora Marta, seis vezes premiada pela FIFA como melhor jogadora do mundo. Diante disso, ser o “país do futebol” e ter a oportunidade de sediar os jogos do mundial é, para o Brasil e para maior parte de seu povo, motivo de muito orgulho.

As fotos abaixo ilustram um pouco do que dissemos. A primeira imagem refere-se à conquista brasileira do título de penta campeão mundial, na Copa do Mundo de 2002; a segunda mostra a jogadora Marta Vieira da Silva.



Disponível em: <http://futebolhistoria.blogspot.com/2007/10/seleo-brasileira.html>

Acesso: 16 - 03 - 2011.



Disponível em: http://blogdomion.com.br/2011/01/11/saucadao/marta-a-%E2%80%9Crainha-pele%E2%80%9D-das-mulheres/attachment/marta_futebol_feminino/

Acesso: 16 - 03 - 2011.

É interessante notar também que no meio econômico e político o Espírito Santo é visto como um estado em ascensão, cuja avaliação no cenário nacional é, no mínimo, positiva. Parece ser essa avaliação social (política e econômica) que sustenta a posição do autor do texto, muito mais até que a esportiva, já que o ES não se destaca no futebol. O ES, na avaliação implícita do articulista, tem, hoje, condições político-econômicas de se um estado “com-Copa”, mesmo sendo um estado praticamente “sem-futebol”.

No entanto, essa parte não está dita no enunciado, mas constitui a avaliação presumida. É o que “todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos” e são “apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos [que] podem se tornar a parte presumida de um enunciado” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6). É claro que o presumido se expande tanto no espaço quanto no tempo, assim “o *presumido* pode ser aquele da família, do clã, da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6).

Identificar o presumido é importante para a produção de sentido do enunciado concreto porque, para sua compreensão, não devemos levar em consideração apenas aquilo que está exposto na superfície do texto, ao contrário, o texto, como enunciado, possui duas partes: a realizada em palavras e a presumida. Esta última não é uma emoção individual, mas social e essencial à vida do enunciando penetrando-o de tal modo que se torna parte constitutiva de sua significação. Metaforicamente o presumido está na ponta submersa do iceberg.

Essa abordagem da avaliação presumida do enunciado deixa claro que “o ‘eu’ pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6), e os valores presumidos depreendidos do texto, que, sumarizados, indicam a tamanha apreciação dos brasileiros pelo futebol, contribuem para produzir uma possível significação da categorização “sem-Copa” utilizada pelo articulista.

Tendo em vista a paixão brasileira pelo futebol, ser um estado “sem-Copa” não indica somente não sediar jogos no Mundial, mas implica inferioridade, menor prestígio, menor destaque, quer dizer não ser parte importante do país do futebol. Essa avaliação fica ainda muito mais acentuada para o Espírito Santo, pois, na região Sudeste, é o único estado que não possui nenhuma cidade-sede. É

interessante notar, nesse ponto, que a relação de exclusão mostrada pela expressão “sem-Copa” não surge pela primeira vez no discurso dos brasileiros, outros discursos, também marcados pela luta contra a segregação, já se valeram do “sem” para mostrar a exclusão, como é o caso dos “sem-teto” e dos “sem-terra”.

Sob o ponto de vista do articulista, os estados “sem-Copa” embora não sediarem nenhum jogo, não precisam obrigatoriamente ficar sem usufruir dos benefícios (especialmente os econômicos) que o evento possa proporcionar, pelo contrário, eles devem – particularmente o ES – se esforçar para, de alguma forma, se beneficiar com o evento.

Todavia essa possível inserção dos “sem-Copa” na disputa pelos lucros oriundos do evento esportivo vai de encontro aos interesses dos estados “com-Copa” que, além de receberem apoio do governo federal para reforma, construção e ampliação dos estádios onde se realizarão os jogos, buscam parcerias entre setor público e privado para concentrar em seus territórios o maior número possível de benefícios resultantes da Copa 2014. Nesse ponto, trava-se uma luta de vozes entre os estados “sem-Copa” e os “com-Copa” e, embora a voz dos segundos não seja enfaticamente mostrada, ela constitui o texto do articulista, pois seu enunciado se constroi em oposição a ela.

Através da forma pela qual o sujeito opta por apresentar e organizar seu enunciado, pistas são dadas para a identificação da voz assumida na construção do objeto de discurso. De um lado, há um produtor responsável por oferecer pistas para o processo de compreensão; de outro, há o leitor/ouvinte que deve reconstruir as sinalizações dadas para produção de sentido. Assim, produzir sentido é ação colaborativa e conjunta. Esse é o motivo de considerarmos que o sentido não está no texto, mas é construído através dele.

Apesar de as marcas linguísticas serem importantes recursos para apontar os caminhos, elas não limitam ou garantem plenamente a compreensão do enunciado pois, conforme foi dito, produzir sentido é um trabalho colaborativo, portanto, envolve as crenças, ideologias, experiências vividas, valores presumidos e reconhecimento dos valores dos interagentes.

É em meio ao embate de vozes e aos julgamentos de valores presumidos que encontramos o primeiro rótulo apresentado: **um projeto desafiante**. Esse é um rótulo de conteúdo que empacota a extensão retrospectiva que está no início do texto que diz que “a iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa de 2014”. Essa participação diz respeito, particularmente, à hospedagem das seleções que participarão dos jogos mundiais porque somente no nono e no décimo parágrafo é que o articulista amplia as possibilidades de inserção espírito-santense.

Optar por essa construção para o rótulo revela que, na perspectiva do articulista, a participação do ES na Copa, além necessitar de muito planejamento – já que ele considera **um projeto** (e mais à frente, no 2º parágrafo, essa ideia é ratificada com “trabalho inteligente e persistente”) –, não será algo fácil de conquistar pois também é considerado por ele **desafiante**. Mas por que **desafiante**? Embora essa pergunta não esteja explícita no texto, a resposta é dada ao leitor diluidamente no seu desenvolvimento e pelo menos três motivos podemos notar que o produtor explicita para fortalecer seu recorte da realidade como **um projeto desafiante**:

- 1) cada seleção possui sua peculiaridade, portanto, é um desafio oferecer atrativos para todas aquelas que o Espírito Santo pretende hospedar (5º parágrafo);

[...] É óbvio que cada caso, ou seja, o projeto relativo a cada seleção, tenha tratamento específico, conforme as peculiaridades do país convidado. O que encanta italianos pode não ser o mesmo que agrada coreanos.

- 2) São necessárias parcerias entre governo, prefeituras e empresas, visando a investimentos altos em hospedagem (6º parágrafo);

Supõe-se que a estratégia para trazer seleções ao estado deve começar pela costura de parcerias. O acúmulo de sinergias deve ser indispensável para atração dos desejados visitantes. Grosso modo, estima-se que a hospedagem de [seleções] exigiria investimentos em torno de US\$1,5 milhão, somando recursos do setor público (governo do Estado e prefeituras) e das atividades empresariais

3) as cidades e os estados “com Copa” também objetivam hospedar seleções, além disso, o ES não é o único estado “sem-Copa” que tem esse objetivo (7º parágrafo).

As cidades que sediarão jogos contam com a presença dos times disputantes desde a fase preparatória, e por certo não medirão esforços nesse sentido. Ou seja, governos estaduais, prefeituras e a iniciativa privada de cada uma das 12 sedes realizarão investimentos focados nessa perspectiva. Ademais, entre os sem-Copa, o Espírito Santo não é o único Estado que deseja alojar delegações estrangeiras em preparativo para os jogos. Muitas regiões já devem estar montando aparato profissional para buscar esse resultado.

Podemos ver que o funcionamento do rótulo **um projeto desafiante** na superfície textual, embora encapsule uma porção retrospectiva, também funciona para a frente, pois sua relação não se dá apenas com o que já foi dito antes de seu uso, mas também com o que se diz em seguida. Ele articula, portanto, o que é dado/velho quanto o que é novo no desenvolvimento do enunciado.

Ainda nessa construção do objeto de discurso “participação do ES na hospedagem de seleções na Copa do Mundo de 2014”, no quarto parágrafo identificamos os rótulos **os entendimentos** e **esse objetivo**, rótulo de operação cognitiva discursiva e rótulo de conteúdo – respectivamente.

Os entendimentos devem ser continuados ainda neste ano, por meio de contatos diretos com dirigentes esportivos do país europeu. É por aí. **Esse objetivo** exige longo processo de negociação entre as partes. É preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados.

Aqui deparamos com uma situação que remete à consideração de Francis (2003[1994], p.200) sobre a difícil delimitação ou identificação da sequência de discurso a qual o rótulo se refere. Qual seria a porção exata que **os entendimentos** e **esse objetivo** sumarizam? Fica claro que essas expressões são retrospectivas e que se referem ao que foi expresso no terceiro parágrafo:

Os primeiros contatos estão sendo feitos. A primeira tentativa tem como alvo a seleção alemã. Os capixabas querem recebê-la em sua fase de preparação para o mundial. Tratou-se disso nesta semana durante 27º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, realizado em Vitória.

No entanto, parece-nos que, mais importante que ter uma noção precisa da extensão de texto encapsulada por esses rótulos, importa que o leitor entenda que as negociações para trazer a equipe alemã sejam vistas como ações que precisam chegar a um acordo final através de estratégias bem-planejadas e executadas. Assim, no quadro geral de “um projeto desafiante”, hospedar os alemães necessita **dos entendimentos**, ou seja, “é preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados”.

E, ainda, recategorizar a mesma porção de texto (ainda que essa não seja delimitada) como **esse objetivo** reforça ainda mais a refração de que a empreitada capixaba visando à hospedagem da seleção alemã deve ser uma meta, um alvo a ser alcançado pelo Espírito Santo.

É possível notar que **esse objetivo** retoma **os entendimentos**, que, por sua vez, tem um elo de ligação com **projeto desafiante**. Em **projeto desafiante**, os dois termos, **projeto** e **desafiante**, têm resposta e respaldo na sociedade contemporânea. Nas instituições, por exemplo, nas escolas, para se proporem determinadas ações é preciso um **projeto**. O termo **desafio**, também, está muito presente nos discursos corporativos, empresariais. Com isso, notamos que o enunciado possui dupla orientação: uma que se direciona ao objeto de discurso, e outra que vai rumo aos leitores esperados que, nesse texto, são os empresários capixabas que, se tiverem projetos desafiantes, podem lucrar com a Copa.

O produtor prossegue o seu texto retomando as rotulações feitas como **uma importante experiência, uma disputa muito pesada e essa perspectiva**. Na verdade, ficamos com a impressão de que todos os rótulos usados depois de **um projeto desafiante** se voltam a ele, encapsulando a bem dizer o mesmo conteúdo sumarizado por ele, mas ora remetendo à hospedagem em geral, ora à hospedagem de uma seleção específica. Isso nos leva a observar também que não se trata de uma retomada de um referente apenas atribuindo-lhe nova predicação. O que

acontece é a referência à própria atividade enunciativa, pois, cada vez que **um projeto desafiante** é retomado processa-se uma avaliação do articulista não apenas ao rótulo em si, mas ao conteúdo por ele encapsulado. E esse voltar-se ao texto implica remeter-se não somente à forma linguística rotuladora, mas também à enunciação. São situações como essas que evidenciam o caráter metalinguístico dos rótulos (inclusive os de conteúdo).

Por fim, o articulista encerra o seu texto abrindo o leque das possíveis inserções dos “sem-Copa”, que estão expostas no nono parágrafo, sumarizando-as sob o rótulo **essa visualização de potencial**. Dar o *status* de objeto de discurso através desse nome sugere que é preciso ampliar o foco de visão das possibilidades de negócios que a Copa 2014 oferece, mas quem precisa fazer isso? O próprio texto responde: o poder público através do seu apoio às empresas.

Após observarmos as avaliações presumidas, a luta de vozes e as expressões rotuladoras no funcionamento textual, nesse ponto, devemos pensar: recategorizar porções de texto como **um projeto desafiante, os entendimentos, esse objetivo, uma importante experiência, uma disputa muito pesada, essa perspectiva e essa visualização** entoam quais avaliações sociais?

Sem intentar listar uma quantidade limitada de avaliações depreendidas dessas expressões, queremos considerar algumas levando em consideração os valores presumidos na produção do texto, os nomes selecionados pelo produtor para compor os núcleos dos rótulos e os modificadores (quando esses existem). A primeira avaliação que podemos destacar é que a participação dos “sem-Copa” no evento de 2014 deve ser vista acima de tudo como um bom negócio. Para o Espírito Santo, então, se inserir na Copa é afirmar seu potencial em estabelecer rentáveis negociações, potencial que é ofuscado particularmente pelos grandes centros financeiros da região Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo.

A segunda avaliação depreendida é que a participação dos “sem-Copa” não será fácil de ser alcançada, pois as expressões nominais destacadas também sugerem persistência, trabalho conjunto e investimentos. Além disso, notamos que o articulista avalia como necessária a participação do poder público, pois mesmo os “sem-Copa” não logrando êxito com a hospedagem de seleções, o articulista

visualiza outros campos de atividade nas quais é possível se inserir, no entanto o apoio estatal para que isso aconteça é indispensável.

Numa atmosfera saturada de valores sociais, fabricar a realidade envolve refletir o mundo dado (porque é para ele que a fabricação aponta) e também refratá-lo, porque há um emaranhado de avaliações dialógicas que perpassam o objeto de discurso e cada rota, cada estrada, cada caminho que se entrecruza procura dar sentido(s) ao mundo. Nessa busca de sentido(s) é que analisamos o texto anterior e queremos agora contrapor dois textos de nosso *corpus*: Coisas de sabidos e Continente armado. O primeiro foi publicado no dia 11 - 08 - 2009, o segundo em 18 - 09 - 2009. Ambos apontam para a realidade: a compra de material bélico pelo governo brasileiro, mas, assumindo caminhos diferentes, os articulistas refratam a realidade de forma diversa.

Importante para compreensão desses enunciados é saber o que não está inscrito em suas linhas, mas que as penetra e se torna vital para a produção de sentido: os valores presumidos.

É reconhecido entre os brasileiros que a eleição do presidente Lula se constitui um marco na história política do país porque depois de muitos anos tentando se eleger esse governante de esquerda chega ao Palácio do Planalto. Essa eleição, possivelmente, acarretaria mudanças na maneira de se fazer política, pois o presidente eleito era uma promessa de transformação para o Brasil. É reconhecido também que o presidente Lula vem de origem pobre e possui pouca escolaridade. Fato que se tornou motivo de muita crítica porque, em nosso país, para exercer várias profissões como médico, advogado, engenheiro, é exigido, no mínimo, ensino superior e, para ser presidente da república, ler e escrever apenas são suficientes.

É socialmente reconhecido também que após a 2ª Guerra Mundial vários Estados se uniram a fim de fomentar relações cordiais entre as nações com o intuito de promover a paz, a segurança no mundo, melhores condições dos padrões de vida e direitos humanos. Surge então a ONU (Organização das Nações Unidas). O Conselho de Segurança dessa instituição é composto por membros permanentes, a saber: China, Estados Unidos, Reino Unido, França e Rússia, e dez membros não permanentes que são eleitos na Assembléia Geral, tendo direito a voto por dois anos. No entanto, essa estruturação está sendo revista e uma proposta que circula é

que a quantidade de membros permanentes seja expandida de 5 assentos para 10, e os membros não permanentes de 10 para 13. Nessa possível expansão de assento assentos permanentes o Brasil se coloca como candidato para representar os países em desenvolvimento. Essa possibilidade de se tornar membro permanente da ONU traria ao país maior visibilidade no cenário internacional, além de lhe conferir mais poder, pois teria voz ativa nas decisões da ONU que são únicas e obrigatórias.

Leia-se o primeiro texto assinado por Gutman Uchôa de Mendonça.

Coisas de sabidos

O importante jornal O Globo, publicou, na sua edição de 12 de junho último, interessante notícia, que reflete muito o governo devastador do “professor” Lula, de sua extrema incapacidade gerencial. Diz a notícia: “O governo do Brasil está prestes a adquirir da empresa estatal francesa DCNS (Direction des Constructions Navales Services) quatro submarinos convencionais, da classe Skorpène, mais um casco – um pouco maior – de uma quinta embarcação desse tipo, pagando dez vezes mais caro do que uma outra oferta. Anteriormente, a empresa privada alemã HCW (Howaltdtswerke-Deutsche Weft) ofereceu **um pacote semelhante** por um décimo do preço.

“**A justificativa** para o negócio com a França custa 6,7 bilhões de euros – contra 670 milhões de euros cobrados pela firma da Alemanha – é a de que **o pacote** incluirá a construção de um estaleiro e de uma base naval na área de Itaguaí, no litoral do Rio de Janeiro. Essas obras, no entanto, não tinham sido planejadas pelo Brasil.

“Elas foram incluídas **no pacote** pelo governo francês como condição para a venda de submarinos, mais a transferência de tecnologia para a construção no país. Para ter as embarcações o Brasil teria que concordar tanto em adquirir aquelas duas instalações – gasto extra, considerado desnecessário, inclusive por altos oficiais da Marinha – como, também, aceitar que elas sejam projetadas na França e construídas por uma firma indicada pelos franceses. Perguntado a respeito do assunto o ministro da Defesa, Nelson Jobim, esquivou-se: Nós não temos nada a ver com isso. Compramos um pacote pronto. O fato de a França colocar as obras nas mãos da Odebrecht tem a ver com um acordo de parceria realizado entre eles – justificou.”

Na verdade, estamos comprando **porcaria francesa**, submarinos jamais foram testados, que nunca foram produzidos, mas que estão nos empurrando, em detrimento de outras embarcações produzidas no mundo, inclusive pela Alemanha, que detém 81% do mercado mundial, tendo em vista a especialidade testada de seus produtos, sendo que o Brasil já adquiriu embarcações no gênero com tecnologia alemã, como é o caso do Tupi, que foi construído em Kiel, na Alemanha, para onde foram enviados 80 brasileiros – engenheiros militares e civis, técnicos e operários – para treinamento. Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna foram produzidos no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, sob a supervisão de apenas um engenheiro alemão.

O que existe por trás disso tudo? Que facilidade existe em comprar o pior, o desconhecido, por muito mais?

Na verdade, nossos dirigentes não têm aptidões para a comercialização, não sabem distinguir as coisas e, às vezes, se vão assinando contratos de compra de pacotes, muitas vezes embrulhando coisa ruim, em detrimento da soberania nacional.

Os negócios com obras de plataformas pela Petrobras, também são meio cavernosos... Não se sabe do porque a empresa, que não realiza concorrência pública para a aquisição de tais equipamentos, que custam uma fortuna, compram por um preço e pagam por outro, muito mais caro, e não há quem se importe com **esses tipos de negociações**, quando na realidade a empresa é nacional, tem maioria acionária do governo e, no final das contas, o dinheiro é nosso.

Em termos, não temos nada contra os franceses e muito menos a favor dos alemães, mas é de se convir que existe uma diferença dez vezes maior, de um produto francês para um alemão e, com **uma justificativa enorme**: nos últimos três anos a empresa da Alemanha entregou 17 submarinos semelhante aos postos à venda ao Brasil, e a empresa francesa não entregou nenhum. **Outro dado interessante** é que os submarinos alemães são aceitos por 81% dos países e os franceses [por] apenas 13%, o que vai uma diferença extraordinária.

Diz ainda o noticiário sobre a conta das embarcações, que o preço salgado corresponde à **seguinte observação contratual**: “A França reitera seu apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança (das ONU) e à sua incorporação a um G-8 ampliado.”

Quando o Brasil foi descoberto, a França já existia e era um dos países mais espertos do mundo, em termo de negócios. Nós continuamos com a cara de burros, que os portugueses nos legaram.

Viva Napoleão Bonaparte!

(A Gazeta, 11 - 08 - 2009 – grifo nosso)

Logo no início da leitura desse texto, chama-nos a atenção a presença explícita da voz de outrem nos três primeiros parágrafos através da citação direta de trechos da notícia publicada pelo *O Globo*.

Esse reportar ao discurso do outro não se apresenta apenas como uma reprodução, uma repetição do conteúdo da notícia; ao contrário, conforme postula Bakhtin(Voloshinov,V.N)(1999[1929], p. 144 – grifo do autor), “o discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*”. Em outros termos, a presença de fragmentos da notícia é uma enunciação **na** enunciação porque se trata da presença de uma outra voz no artigo de opinião, mas também é uma enunciação **sobre** a enunciação porque a apreensão desse discurso é reação ativa

e valorada da palavra do outro porque “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN(VOLOSHINOV,V.N), 1999[1929], p. 147) – o que mais uma vez remete à questão axiológica da linguagem.

Assim, quando dizemos que o início do texto nos chama a atenção devido à presença da citação, importa-nos reconhecer não o evento empírico denominado “citação direta”, mas analisá-lo como um indicador da avaliação do discurso do outro e também identificar o fim que se dá essa transmissão para os leitores do artigo.

Diante disso, a presença do discurso reportado nesse artigo parece-nos a apresentação de uma palavra de autoridade, ocupando um grau elevado numa hierarquia positiva de valor. Alguns indícios nos levam a pensar assim: o primeiro está nas primeiras linhas que diz: “*O importante jornal O Globo*, publicou, na sua edição de 12 de junho último, *interessante notícia [...]*”(grifo nosso). Nesse excerto, As categorizações usadas para se referir ao veículo de comunicação e à matéria publicada por ele revelam a apreciação positiva do articulista. O segundo está no fato de a citação conter partes integrais da publicação, ou seja, não há por parte do produtor o interesse de alterar o texto original mas manter a integridade da voz alheia. Por fim, a própria extensão da palavra de outrem no artigo parece sugerir a relevância do enunciado reportado.

Mas, se esse texto é endereçado minimamente aos leitores capixabas, qual a finalidade de se transmitir esse discurso? A esse respeito supomos que a principal finalidade é fazer com que os leitores do jornal *A Gazeta* reconheçam também a informação dada pelo *O Globo* como uma palavra “verdadeira” e, a partir disso, convencê-los a compartilhar os mesmos posicionamentos avaliativos do articulista.

É no discurso reportado que encontramos o primeiro rótulo do texto que está destacado no excerto a seguir:

“O governo do Brasil está prestes a adquirir da empresa estatal francesa DCNS (Direction des Constructions Navales Services) quatro submarinos convencionais, da classe Skorpène, mais um casco – um pouco maior – de uma quinta embarcação desse tipo, pagando dez vezes mais caro do que uma outra oferta. Anteriormente, a empresa privada alemã HCW

(Howaltdtswerke- Deutsche Weft) ofereceu **um pacote semelhante** por um décimo do preço.

Nesse fragmento, podemos inferir que se fala de dois pacotes: um oferecido pela empresa francesa e outro oferecido pela empresa alemã. Assim, **um pacote semelhante** é um termo anafórico porque se relaciona com o conteúdo proposicional do pacote oferecido pela DCNS (“[...] quatro submarinos convencionais, da classe Skorpène, mais um casco – um pouco maior – de uma quinta embarcação desse tipo[...])”, mas sua lexicalização não deve ser compreendida somente por esse fragmento que informa sobre os produtos oferecidos pelos franceses porque, se fosse assim, os franceses e os alemães ofereceria as mesmas coisas. O que ocorre é que **um pacote semelhante** não possui os mesmos elementos **do pacote** (francês) porque este inclui “a construção de um estaleiro e de uma base naval na área de Itaguaí, no litoral do Rio de Janeiro”. Pelo fato de esses produtos serem pertinentes **ao pacote** (francês), justifica-se a presença do modificador **semelhante** para se referir ao pacote alemão e distingui-lo do francês.

É sobre **o pacote** (francês) que o texto segue discorrendo, particularmente sobre a exorbitante diferença de custos entre o pacote oferecido pela Alemanha e o oferecido pela França, sendo o desta muitíssimo mais dispendioso do que o daquela. Essa diferença orçamentária, no entanto, parece ter justificativa:

“**A justificativa** para o negócio com a França custa 6,7 bilhões de euros – contra 670 milhões de euros cobrados pela firma da Alemanha – é a de que **o pacote** incluirá a construção de um estaleiro e de uma base naval na área de Itaguaí, no litoral do Rio de Janeiro. Essas obras, no entanto, não tinham sido planejadas pelo Brasil.

O rótulo negrito – **a justificativa** – é um rótulo ilocucionário prospectivo e leva o leitor a predizer a informação que se seguirá, no caso, os motivos que levam o governo brasileiro a estabelecer negociações com a França que são a construção de um estaleiro e uma base naval (justamente os elementos que diferenciam um pacote do outro). No entanto, o que erige como objeto de discurso nomeado como **a**

justificativa , inclusão das obras no pacote, não é, no do discurso reportado, convincente. Isso pode ser ratificado pelas declarações “[...] essas obras, no entanto, não tinham sido planejadas pelo Brasil [...]” e “[...] para ter as embarcações o Brasil teria que concordar tanto em adquirir aquelas duas instalações – gasto extra, considerado desnecessário, inclusive por altos oficiais da Marinha [...]”.

Ainda no excerto acima citado, é explicitado o rótulo **o pacote** (francês) que estava nas entrelinhas no início do texto, e, sobre o nome núcleo selecionado para compor essa expressão nominal, é que queremos discorrer mais um pouco levando em consideração a afirmação de Miotello (2008, p. 172), se referindo a Bakhtin(Voloshinov,V.N)(2001), que diz:

[...] as menores, as mais ínfimas e mais efêmeras mudanças sociais repercutem imediatamente na língua; os sujeitos inter-agentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. As palavras, nesse sentido, funcionam como agente e memória social, pois uma mesma palavra figura em contextos diversamente orientados. E, já que, por sua ubiquidade, se banham em todos os ambientes sociais, as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois frequentam e se constituíram em todos os campos da relações e dos conflitos sociais.

É baseando-nos na palavra como “agente da memória social” que queremos resgatar outros contextos que **pacote** evoca e, embora não se refiram exatamente à situação imediata de produção desse artigo, é possível lembrá-los devido a convivência histórica e social. Começaremos essa caminhada primeiramente pela etimologia do termo.

Conforme define o Dicionário de Houaiss da Língua Portuguesa, o termo pacote deriva de *paca*, que vem do baixo latim *paccu* – via francês antigo *pacque*, diminutivo do português *paca*, significa 'fardo, embrulho', cognato do castelhano *paca*, de igual significado. Nesse dicionário são apresentadas seis acepções para o termo:

pa.co.te

1 pequeno embrulho

Ex.: *p. de biscoitos*

2 total de unidades que compõem um pacote

Ex.: *um p. de alfinetes contém seis cartelas*

3 Regionalismo: Brasil.

grande quantidade de mercadorias negociadas em bloco e ger. por quantia vultosa

4 Regionalismo: Brasil.

conjunto de serviços pelos quais ger. se paga um preço único

Ex.: *nosso p. turístico inclui passagens, hospedagem e traslado*

5 Regionalismo: Brasil.

série de medidas cujo objetivo é solucionar problemas em determinada área política, econômica ou administrativa

Exs.: *p. fiscal / p. previdenciário*

6 Derivação: sentido figurado.

mentira, embuste, logro

As acepções 1 e 2 são as significações de **pacote** mais comumente utilizadas, elas dizem respeito a embalagem utilizada para embrulhar diversos itens, bem como ao conjunto formado por eles. As acepções 3 e 4 referem-se a sentidos particularmente usados no Brasil e se relacionam com interações de compra e venda.

Mas é pela a acepção 5 (série de medidas cujo objetivo é solucionar problemas em determinada área política, econômica ou administrativa) que queremos resgatar um pouco da memória social que atravessa a palavra **pacote**. Para isso, voltamo-nos para os anos 80 e 90, época em que no Brasil os políticos passaram a fazer uma política econômica de impacto para conter a crise inflacionária na qual o país estava imerso. É nesse período que surgiram vários planos econômicos (Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Cruzado Novo, Collor e Real) que, com seus inúmeros pacotes antiinflação, tentavam colocar em ordem a economia brasileira.

Certamente, naquele período, os pacotes se tornaram objeto de discurso dos diversos grupos sociais e, sem dúvida, foram avaliados de maneiras diversas. Se

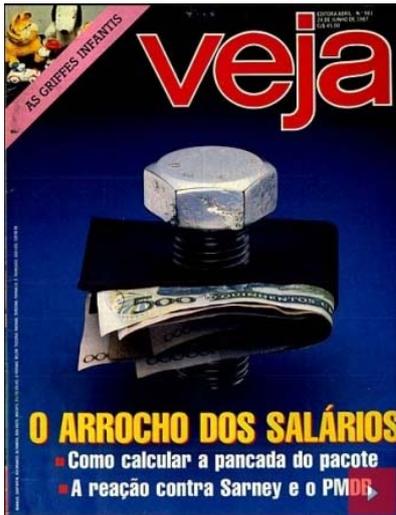
para alguns, os “pacotes” poderiam ser vistos como favoráveis e benéficos, para outros, era desconfiança, prejuízo e depreciação. Essa palavra se banhou em vários ambientes e, como toda palavra, tornou-se interindividual, reunindo vozes dos que a utilizaram e a utilizam historicamente.

Um veículo de comunicação que registrou essa fase da economia brasileira foi a revista *Veja*.¹¹ Através de seu arquivo *online* é possível encontrar pelo menos uma versão pública do mundo a respeito do objeto de discurso “pacote”, com avaliações entoadas já na capa da revista. Abaixo apresentamos algumas capas selecionadas para mostrar essa fabricação da realidade.



Veja, 30 de abril de 1986. Editora Abril, nº 922. Disponível: www.veja.com.br. Acesso: 03 de abril de 2011.

¹¹ A escolha pela revista *Veja* se deu exclusivamente pela possibilidade de acessar o seu acervo *online* gratuitamente.

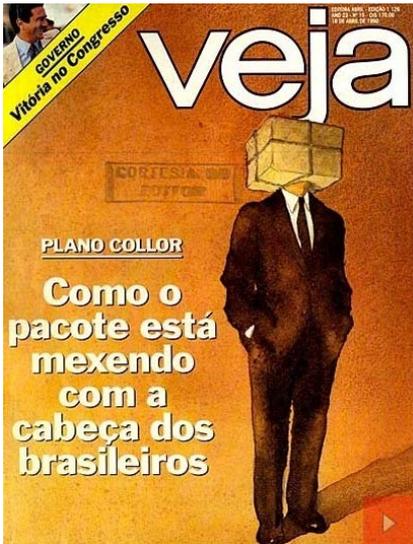


Veja, 24 de junho de 1987. Editora Abril, nº 981. Disponível: www.veja.com.br. Acesso: 03 de abril de 2011.



Como o pacote mexe com os salários, preços, poupança e a economia.

Veja, 18 de janeiro de 1989. Editora Abril, nº1062. Disponível: www.veja.com.br. Acesso: 03 de abril de 2011.



Veja, 18 de abril de 1990. Editora Abril, nº1126. Disponível: www.veja.com.br. Acesso: 03 de abril de 2011.

Conforme é possível observar através das capa da revista, o Brasil viveu momentos de intensa instabilidade econômica. É nesse período que os políticos brasileiros lançaram inúmeras medidas a fim de tentar conter a hiperinflação que assolava o Brasil e os brasileiros. Essas medidas ficaram conhecidas como “pacotes”. O uso desse material verbal ancorado na voz da revista *Veja* (que representa a camada social elitizada, ou ainda, a menor parte da população que detém a maior parte das riquezas) entoa uma avaliação negativa a respeito desse objeto de discurso. Falar em “pacote”, sob o recorte feito pela revista, implica arrocho, pancada, mudanças nos preços, na poupança e na economia. Isso porque os “pacotes” visavam a contornar o problema da inflação que, para os mais ricos, não era de todo interessante uma vez que, de maneira bem simplória, inflação significa supervalorização dos produtos (o que gera mais lucro) e defasagem do salário (o que evita gastos dos empresários, porque o salário não é reajustado proporcionalmente).

Corroborando para essa versão pública do mundo é que também se encaminham os elementos não verbais das capas: o gladiador medieval, o fundo preto e o choque na economia (representado na nota do cruzado) e, por fim, o “pacote” mexendo na cabeça do brasileiro. É interessante observar que esse brasileiro é o que usa terno e gravata, o que confirma a voz que acreditamos que a revista representa. Todos

esses elementos associados, verbais e não verbais, entoam a valoração social a respeito do objeto de discurso “pacote”, colocando-o em um grau elevado de depreciação.

Saindo do discurso reportado e deixando temporariamente a memória discursiva que envolve “pacote”, voltemos ao desenvolvimento do texto. Caminhando na leitura do artigo de opinião encontramos pela primeira vez o enunciado do “próprio articulista”, e, nas primeiras linhas do quarto parágrafo, o rótulo destacado:

Na verdade, estamos comprando **porcaria francesa**, submarinos jamais foram testados, que nunca foram produzidos, mas que estão nos empurrando, em detrimento de outras embarcações produzidas no mundo, inclusive pela Alemanha, que detém 81% do mercado mundial, tendo em vista a especialidade testada de seus produtos, sendo que o Brasil já adquiriu embarcações no gênero com tecnologia alemã, como é o caso do Tupi, que foi construído em Kiel, na Alemanha, para onde foram enviados 80 brasileiros – engenheiros militares e civis, técnicos e operários – para treinamento. Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna foram produzidos no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, sob a supervisão de apenas um engenheiro alemão.

Fica evidente, por meio do rótulo prospectivo **porcaria francesa**, a voz assumida na construção do objeto de discurso, que é uma voz contrária à aquisição do **pacote** (francês). Interessante é notar que a extensão sumarizada pelo rótulo **porcaria francesa** (embora aqui também não seja tão fácil de delimitar sua lexicalização) possui praticamente o mesmo conteúdo proposicional que **o pacote** (francês). As duas realizações lexicais falam sobre os produtos a serem adquiridos pelo governo brasileiro. Essa situação se assemelha à encontrada na análise do texto anterior e evidencia mais uma vez o caráter metaenunciativo dos rótulos.

É importante observarmos que **porcaria francesa** entoam a mesma avaliação social entoada por **pacote** no contexto dos anos 80 e 90. É como se fosse uma atualização do pacote para uma nova situação. Assim, tanto naquela época quanto no contexto imediato da produção do enunciado **porcaria francesa**, a avaliação social que se entoam é que o governo não sabe tomar as atitudes econômicas corretas para o bom andamento do país. Afinal, as medidas contra inflação não foram bem-sucedidas durante muitos anos e, agora, paga-se muito mais caro por produtos que se encontram mais baratos no mercado.

Diante disso, o título do artigo torna-se altamente irônico, pois empacota todo o conteúdo do texto, que diz respeito às atitudes dos governantes (mas mais especificamente às do “professor” Lula), como “Coisas de sabidos”. Pelos valores entoados no texto percebemos que, para o articulista, Lula não é professor de nada e muito menos sabido. Aqui é possível questionar: pode esse título funcionar como um rótulo? Ficamos com a impressão que sim. Mas tal hipótese fica a ser comprovada em outra pesquisa.

Coerentemente à valoração assumida na construção do objeto de discurso **o pacote** (francês), as rotulações **uma justificativa enorme** e **outro dado interessante** – rótulo ilocucionário e rótulo de conteúdo, respectivamente - acrescentam argumentos que fortalecem a refração realizada. Esses rótulos, que funcionam prospectivamente, possuem realizações lexicais que ratificam que optar por **um pacote semelhante** seria melhor para o Brasil, pois, além de possuir custo menor, os submarinos alemães são mais bem produzidos e aceitos no mercado.

Em termos, não temos nada contra os franceses e muito menos a favor dos alemães, mas é de se convir que existe uma diferença dez vezes maior, de um produto francês para um alemão e, com **uma justificativa enorme**: nos últimos três anos a empresa da Alemanha entregou 17 submarinos semelhante aos postos à venda ao Brasil e a empresa francesa não entregou nenhum. **Outro dado interessante** é que os submarinos alemães são aceitos por 81% dos países e os franceses [por] apenas 13%, o que vai uma diferença extraordinária.

Encaminhando para o final de seu enunciado o articulista volta-se ao discurso reportado para apresentar o motivo que aquele noticiário informa ser o determinante na escolha do **pacote** (francês) em detrimento do **pacote semelhante**, que seria:

“A França reitera seu apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança (as ONU) e à sua incorporação a um G-8 ampliado.”

Essa porção de texto é rotulada pelo articulista como **observação contratual** (rótulo de operação cognitiva discursiva). No entanto, observando todo o enunciado é

necessário refletir: seria essa uma simples observação contratual ou uma coação contratual? Como o articulista considera a França muito mais esperta em negociações do que o Brasil, é possível considerar a segunda opção mais adequada.

Tendo em vista essas considerações, é possível notar que o articulista usa a economia para fazer uma crítica política. E a voz assumida para a construção do seu projeto de dizer é contrária àquela que apoia as decisões do “professor” Lula, especialmente em relação à aquisição do material bélico. Assim, as valorações sociais expressas no texto por meio dos rótulos indicam que o governo brasileiro, liderado pelo “professor”, não sabe tomar as decisões políticas corretas para o andamento do país, que a França usa de oportunismo para cobrar dez vezes mais pelos submarinos e que Lula não deve acreditar totalmente que apoio francês ao Brasil realmente ocorrerá na eleição para o assento permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Como já mencionamos, o objeto de discurso é atravessado por diversas vozes que podem estabelecer entre si relações de assonâncias e/ou dissonâncias. É nesse sentido que apresentamos o segundo texto, Continente armado, a fim de depreendermos dele as avaliações sociais que são entoadas através desse enunciado e contra pô-las às depreendidas em Coisas de sabidos. No entanto, antes analisarmos o artigo, é necessário fazermos mais algumas considerações sobre outros valores presumidos que permeiam esse enunciado.

O primeiro valor que queremos resgatar é que a América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Chile, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, e Suriname) possui sua história marcada por conflitos (que em alguns casos culminaram em guerra) motivados por várias, como: política, econômica, interesses comerciais, ou ainda, lutas territoriais. Alguns confrontos ganharam grande destaque (cf. MOTA, 1997), a saber:

- Equador X Peru (1995): motivada pela disputa territorial de uma região fronteiriça rica em ouro, urânio e petróleo;
- Colômbia X Venezuela (1987): conflito resultante da disputa pela região do golfo da Venezuela rica em petróleo;

- Argentina X Chile (1978): conflito causado pela disputa por ilhas no extremo sul do continente;
- Guerra do Chaco (1932 a 1935): disputa travada entre Paraguai e Bolívia por território útil para criação de gado e exploração de petróleo. O Paraguai ocupou a região;
- Guerra do Pacífico (1879 a 1883): travada entre Chile, Peru e Bolívia (estes últimos contra aqueles) pela disputa do deserto do Atacama, região rica em recursos minerais e;
- Guerra do Paraguai (1864 a 1870): A Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) enfrentou o Paraguai por causa de territórios e tarifas comerciais. Os aliados derrotaram os paraguaios.

Outro valor presumido que penetra o texto é que o Brasil é reconhecido como país “pacifista”, pois sua inserção nos grandes conflitos mundiais geralmente se deu de forma discreta e limitada. Além disso, em relação ao governo que atuava no país no período da produção do enunciado, era socialmente reconhecido o interesse do presidente Lula em expandir e investir cada vez mais seus programas sociais, não em armamento bélico.

Dito isso, leia-se o texto de Ângelo Passos:

Continente armado

Comprar avião de guerra é muito mais complicado do que adquirir Aerolula. Este, aliás, nunca foi tão necessário. Já a pretendida esquadrilha de caças, é. Submarinos e helicópteros também fazem falta.

Pode, quem quiser, achar que a gestão Lula está sendo tomada por arrebatamento retrô, no caminho do armamentismo, do nacionalismo *démodé* etc. Mas, **essa ilação** corre risco de ser injusta. Convenhamos: o próprio Lula, por certo, preferiria utilizar em programas – de preferência em expansão do Bolsa-Família–, o dinheiro que será desembolsado na compra de equipamentos bélicos. Porém se convenceu de que não há escolha. Tem de comprar armas. Aí é que mora a complexidade da questão.

A América do Sul não está hibernando militarmente. Ao contrário, mostra-se ativíssima. A soma dos gastos dos países do continente com ferramentas de guerra atingiu US\$ 34 bilhões em 2008, conforme matéria publicada em *O Globo*. Dez nações compraram equipamentos. Mui amigos, mas cada um desconfiando do outro. O Brasil está até aproveitando para vender aviões e helicópteros, como ocorreu em 2008 para o Equador. Há tensão na região. A Colômbia fez um acordo militar pouco transparente com os Estados Unidos. Já a Venezuela possui pacto armamentista com a Rússia. Por

causa **dessas parcerias com gigantes**, colombianos e venezuelanos bateram boca na última reunião da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

É de entendimento corrente que a aproximação militar entre Colômbia e EUA não visa apenas a combater o narcotráfico e a guerrilha. Também (ou principalmente) pretende conter Hugo Chávez – embora sob o risco de efeito contrário. Ou seja, a instalação de base operacional dos EUA em território colombiano pode estimular os ímpetus militarizantes do presidente venezuelano, justamente a pretexto de suposta ameaça norte-americana. Na última sexta-feira, Chaves anunciou compra de pelo menos dez unidades do sistema de defesa aérea S-300 dotado de 300 mísseis 48N, capazes de bombardear alvos a 27 mil metros de altitude, e a distância de até 300 quilômetros. Além disso, o governo venezuelano encomendou à Rússia 100 tanques pesados e dezenas veículos blindados. Em 2008, já havia comprado 24 aviões de caça Sukhoi e 50 helicópteros de combate. Entre 2005 e 2007, o regime de Chávez adquiriu 100 fuzis Kalashnikov. Enfim, vale lembrar: quem tem Hugo Chavez como vizinho deve aumentar a cerca do seu quintal.

O Brasil começou a se mexer desde o ano passado. O chamado projeto FX-2 para renovar a aviação de caça da aeronáutica teve licitação iniciada em maio de 2008. Agora, a fase é de disputa entre a americana Boeing, a sueca Saab e a francesa Dassault – essa com pinta de favorita. A parada deve ser decidida no item transferência de tecnologia. É a condição para o Brasil desenvolver um complexo industrial militar, previsto no plano de reformulação da Estratégia Nacional de Defesa (END). O governo já encaminhou ao Congresso um pedido de abertura de crédito especial de R\$ 2,1 bilhões para implementar o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). Falta esclarecer o que será feito para reequipar o Exército. Hoje as tropas atuam sob forte restrição de recursos.

O pretendido complexo industrial militar brasileiro não deve ser entendido exclusivamente como um projeto fardado. É saudável sob o ponto de vista econômico e de desenvolvimento tecnológico. O desenho envolve a participação da iniciativa privada, de instituições do saber (centros de pesquisas, universidades, etc), preparação de mão-de-obra, e apoio financeiro, por meio de bancos de fomento.

Temos **algumas experiências nesse sentido**. A extinta Engesa (Engenheiros Especializados S/A) idealizou na década de 80 um dos melhores veículos militares do mundo, o Osório, tanque cobiçado mundo afora. A mesma empresa produziu dois famosos blindados, o Cascavel e o Urutu, usados pelo Exército Brasileiro e exportados para diversos países, principalmente para o Oriente Médio. Além disso, a Embraer – quarta maior produtora de aeronaves do mundo – fabrica há 20 anos os aviões Tucanos, de grande sucesso na categoria. Os modelos de combate são Supertucanos, igualmente apreciados.

Ao grande público tem causado surpresa as declarações do governo de que a decisão sobre a compra de equipamentos bélicos é política. Não é o que muita gente está pensando. Diante dos casamentos Colômbia/EUA e Venezuela/Rússia, a eventual união Brasil/França da qual resultaria melhor

equilíbrio no cenário. É sob **esse aspecto** que decisão deve ser política. Ou melhor, geopolítica.

(A Gazeta, 11 - 08 - 2009 – grifo nosso)

Assim como em Coisas de sabidos, esse texto tem como tema a aquisição de armamento bélico por parte do governo brasileiro. No entanto, enquanto aquele se restringia à compra de submarinos, este expande os produtos a serem adquiridos, inserindo helicópteros e caças, conforme se lê no primeiro parágrafo:

Comprar avião de guerra é muito mais complicado do que adquirir Aerolula. Este, aliás, nunca foi tão necessário. Já a pretendida esquadrilha de caças, é. Submarinos e helicópteros também fazem falta.

Esse enunciado, dentro da corrente dialógica da comunicação humana, estabelece um embate com as vozes que se mostram contrárias à aquisição dos armamentos. E é assumindo a voz favorável à compra de armas é que encontramos o primeiro rótulo desse texto, no segundo parágrafo, que diz:

Pode, quem quiser, achar que a gestão Lula está sendo tomada por arrebatamento retrô, no caminho do armamentismo, do nacionalismo *démodé* etc. Mas, **essa ilação** corre risco de ser injusta. Convenhamos: o próprio Lula, por certo, preferiria utilizar em programas – de preferência em expansão do Bolsa-Família–, o dinheiro que será desembolsado na compra de equipamentos bélicos. Porém, se convenceu de que não há escolha. Tem de comprar armas. Aí é que mora a complexidade da questão.

Conforme se lê, o articulista reconhece que existe um caminho diferente, uma outra refração da realidade sobre o mesmo objeto de discurso. No entanto, ao trazer essa voz para o seu enunciado, o produtor pretende contestá-la. Isso fica claro porque o articulista opta por empacotar a porção de texto que diz respeito às possíveis vozes contrárias à aquisição de material bélico como **essa ilação**. Assim, segundo o enunciador “achar que a gestão Lula está sendo tomada por arrebatamento retrô, no caminho do armamentismo, do nacionalismo *démodé* etc” é uma conclusão que

pode ser injusta. Interessante é observar que o uso do “etc” inclui em **essa ilação** todas as vozes contrárias à atitude do governo, embora essas nem sempre considerem a ação governamental como démodé ou como arrebatamento. É nesse ponto que reconhecemos a arena de vozes estabelecidas entre **Coisas de sabidos** e **Continente armado**, pois a voz assumida por aquele enunciado encontra-se inclusa e mostrada no “etc”.

Por meio **dessa ilação** o produtor articula o que está antes, já que esse rótulo de processamento cognitivo-discursivo encapsula o conteúdo retrospectivo, com o conteúdo que se expõe posteriormente no texto, uma vez que os parágrafos seguintes se prestam a evidenciar os motivos que levaram o articulista a considerar que **essa ilação** pode ser injusta, que são:

1. O fato de o próprio presidente Lula preferir investir em programas sociais o valor a ser pago em materiais bélicos.

Convenhamos: o próprio Lula, por certo, preferiria utilizar em programas – de preferência em expansão do Bolsa-Família–, o dinheiro que será desembolsado na compra de equipamentos bélicos.

2. A América do Sul não está hibernando militarmente. Ao contrário, os vizinhos do Brasil têm investido em material de guerra, e parcerias com outras nações belicamente potentes têm se estabelecido.

A América do Sul não está hibernando militarmente. Ao contrário, mostra-se ativíssima. A soma dos gastos dos países do continente com ferramentas de guerra atingiu US\$ 34 bilhões em 2008, conforme matéria publicada em *O Globo*. Dez nações compraram equipamentos. Mui amigos, mas cada um desconfiando do outro. O Brasil está até aproveitando para vender aviões e helicópteros, como ocorreu em 2008 para o Equador. Há tensão na região. A Colômbia fez um acordo militar pouco transparente com os Estados Unidos. Já a Venezuela possui pacto armamentista com a Rússia. Por causa **dessas parcerias com gigantes**, colombianos e venezuelanos bateram boca na última reunião da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

Nesse segundo ponto encontramos uma outra rotulação realizada pela expressão **essas parcerias com gigantes**, rótulo de conteúdo retrospectivo, que sumariza a porção de texto que fala sobre os acordos estabelecidos entre Colômbia e Estados Unidos, e o pacto armamentista entre a Venezuela e Rússia.

Nesse rótulo, chama-nos a atenção a forma que o produtor optou usar para se referir aos países de outros continentes que se fizeram parceiros dos latino-americanos: **gigantes**. Mas por que gigantes? Evocar o contexto da Guerra Fria, por exemplo, pode nos ajudar a compreender melhor essa escolha.

É socialmente divulgado que, logo após a Segunda Guerra Mundial, EUA e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), na qual a Rússia estava inserida, disputavam a hegemonia política, econômica e militar no mundo pós-guerra. Esses países tentavam implantar em outras nações seus sistemas, capitalista e socialista, respectivamente, o que causou grande rivalidade entre as duas nações.

Nesse período, ocorreu a conhecida “corrida armamentista” na qual EUA e URSS se empenhavam para produzir tecnologias bélicas mais avançadas e superiores às do adversário. Foi também nesse ínterim que a Rússia enviou ao espaço o primeiro astronauta, Yuri Gagarin, em 1961; e os EUA enviou o Apollo 11 para explorar a lua, em 1969.

Tais fatos mostram que a disputa entre esses países rivais não se deu por meio de enfrentamento militar direto, embora eles tenham apoiado guerras entre países menores, mas por meio da ameaça constante de um ao outro devido às potentes armas bélicas desenvolvidas (os mísseis intercontinentais, por exemplo). Disso decorre o nome Guerra Fria.

Assim, nesse artigo, referir-se aos EUA e Rússia como **gigantes** é resgatar, pelo menos em parte, a grande potência dessas nações no pós-guerra e, recontextualizando para um novo momento, reconhecê-los como grandes conhecedores e estrategistas de guerra.

Fazendo uma pequena digressão dos rótulos, mas voltando nosso olhar para a luta de vozes, é importante notar como os enunciados refletem o mundo de maneira refratada. Enquanto em Coisas de sabidos a construção de um estaleiro e de uma base naval foi apresentada como desnecessárias, em Continente Armado a

transferência de tecnologia é concebida como “condição para o Brasil desenvolver um complexo industrial militar, previsto no plano de reformulação da Estratégia Nacional de Defesa (END)”. E ainda: “esse complexo não deve ser visto como um projeto fardado” pois movimentará vários setores da sociedade.

É nessa direção, de desenvolver a tecnologia local, que encontramos o rótulo de conteúdo prospectivo abaixo:

Temos **algumas experiências nesse sentido**. A extinta Engesa (Engenheiros Especializados S/A) idealizou na década de 80 um dos melhores veículos militares do mundo, o Osório, tanque cobiçado mundo afora. A mesma empresa produziu dois famosos blindados, o Cascavel e o Urutu, usados pelo Exército Brasileiro e exportados para diversos países, principalmente para o Oriente Médio. Além disso, a Embraer – quarta maior produtora de aeronaves do mundo – fabrica há 20 anos os aviões Tucanos, de grande sucesso na categoria. Os modelos de combate são Supertucanos, igualmente apreciados.

Por meio de **algumas experiências nesse sentido** o produtor procura fortalecer sua fabricação da realidade, mostrar quão benéfico é para o país se especializar em armamento bélico. Para isso, cita **algumas experiências** vividas com a Engesa e a Embraer.

Voltando a dialogar com as vozes contrárias à aquisição de armamento bélico, o produtor declara que “ao grande público tem causado surpresa as declarações do governo de que a decisão sobre a compra de equipamentos bélicos é política”. Aqui, mais uma vez, vemos o embate entre os artigos apresentados porque novamente a voz alheia é mencionada. No entanto, o diálogo agora se mostra mais aberto: o produtor fala diretamente com aqueles que estão surpresos com a decisão política tomada. Mas essa “política” não seria aquela má política apresentada em Coisas de sabidos, na verdade, segundo o produtor do enunciado, o Brasil se associar à França traria equilíbrio ao cenário tendo em vista os acordos entre Colômbia e EUA e Venezuela e Rússia. Assim, mais do que uma decisão política, seria essa uma decisão geopolítica.

Nesse fragmento, parece-nos também que ao optar por “ao grande público”, o produtor satiriza um pouco os opositores, pois nos parece ser essa uma forma disfarçada de chamá-los de “desinformados”. Assim, esses desinformados é que

fazem **ilação** por não saberem das **parcerias com os gigantes** e das **experiências** já realizadas.

De tudo o que foi exposto, é possível notar algumas avaliações que esse enunciado entoa, que podem ser: a compra de material bélico é uma necessidade imediata; a parceria entre Brasil e França deve ser vista como benéfica e até mesmo necessária tendo em vista as parcerias estabelecidas pelos países vizinhos; analisar a atitude do governo brasileiro de comprar material bélico (particularmente da França) como negativa não procede; o Brasil precisa acompanhar o investimento em materiais de guerra que está sendo realizado pelas outras nações sul-americanas (os mui amigos) e, por fim, as forças armadas brasileiras precisam se equipar mais e melhor.

Conforme podemos notar, Coisas de sabidos e Continente armado refletem o mundo, mas também o constroem de maneira múltipla e dissonante. Isso porque os “diferentes modos pelos quais o mundo entra no horizonte apreciativo dos grupos humanos” (FARACO, 2006[2003], p.50) são sempre heterogêneos, pois diversas são as experiências concretas de cada grupo. São essas experiências, esses valores assumidos e internalizados que proporcionam a atividade de referenciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegada a hora de finalizarmos este trabalho. No entanto, nosso desejo não é apresentar uma lista fixa e invariável de conclusões que de tão “verdadeiras” se tornem inquestionáveis. Acreditamos que essa seria uma visão especular entre linguagem e mundo. O que queremos é apenas expor algumas considerações sobre nossa caminhada sem fechar a questão aqui proposta. Interessa-nos apenas encerrar as páginas desta pesquisa.

Neste estudo, compreendemos o processo de referenciação à luz de uma perspectiva sociointeracionista da linguagem, a qual concebe que os objetos de discurso se constroem nas práticas discursivas e interativas dos sujeitos, e, como são diversas as práticas interacionais humanas, várias são as refrações da realidade.

Devido às diversas versões públicas do mundo, o sujeito é impelido a se posicionar diante das inúmeras vozes que atravessam os objetos de discurso, assumindo alguns valores e negando outros. Essa relação valorativa do sujeito com o objeto de discurso é que determinará o projeto de dizer do enunciador que, gerenciando os recursos linguísticos a serem utilizados na elaboração de seu enunciado, acaba oferecendo ao leitor as pistas que entoam os valores assumidos.

Entre as estratégias de construção de objetos de discurso, nosso interesse se deu pelas expressões nominais rotuladoras pela capacidade inerente a esses nomes de referir e explicitar um posicionamento argumentativo assumido na construção do objeto de discurso. (Talvez seria melhor dizer posicionamento valorativo?)

Assim, aplicando os pressupostos teóricos aos textos selecionados, algo que ficou bastante nítido é que o processo de referenciação se inicia no social e se mostra no enunciado – tanto no seu conteúdo quanto na sua apresentação. Isso porque a voz que fala no texto não é uma voz sozinha, pelo contrário, pela própria natureza dialógica do enunciado e a singularidade e sociabilidade constitutiva do sujeito, a voz que se mostra no enunciado sempre se associa à de um outro, ou dela se

dissocia, responde a alguém e também se põe à resposta. Mesmo em artigo de opinião, gênero que possui uma assinatura que remete a um determinado autor, o funcionamento dialógico e social foi claramente percebido. Assim, assinar não implica “falar sozinho”, pelo contrário, essa fala possui sempre o apoio “coral”.

É nesse apoio “coral” que encontramos também os valores presumidos que são essenciais para a compreensão da valoração entoada no enunciado por meio dos rótulos. Essa entonação, nos textos analisados, desempenha claramente a função de orientar a argumentatividade do texto, ou seja, de fazer com que o leitor passe a ver o objeto de discurso de determinado modo, procurando o sujeito que fala atuar sobre o sujeito que lê. No entanto, reconhecemos que o rótulo é apenas um recurso que colabora para a entonação de valores, não o único. Todo o texto entoar, quer por meio de uma vírgula, uma aspa, um negrito, enfim. Várias outras pistas podem ser dadas para identificação dos valores assumidos.

Ainda a respeito dos rótulos, compreendemos que essas marcas deixadas no texto são mais do que elementos coesivos: elas indicam a enunciação de um sujeito, que ocupa um lugar social e histórico, que é responsivo e responsável, que não possui alibi para sua existência e que circula entre discursos e faz circular discursos. E esses nomes, que em certos casos mostram os valores mais abertamente (**porcaria francesa**, por exemplo), embora possam parecer carregar em si uma carga axiológica determinada, na verdade, eles mesmos nada valorizam, pois, se assim fosse, determinado rótulo entoaria sempre o mesmo valor, o que não é verdade dentro da perspectiva teórica assumida, pois consideramos que as palavras não são de ninguém e nada valorizam. No entanto, ancoradas em diferentes contextos, valores presumidos e vozes podem entoar diversos valores.

Em relação ao posicionamento assumido de considerar todos os rótulos avaliativos, ainda que Koch (2006b, 2008b) cogite a ‘escala de argumentatividade’ – embora achemos problemático estabelecer um critério que defina um rótulo mais argumentativo do que outro –, a análise dos artigos mostrou ser coerente a postura tomada, pois, inclusive naqueles rótulos que tradicionalmente seriam classificados como neutros (**pacote** (francês) e **esse objetivo**, por exemplo) foi possível identificar suas contribuições para entonação de valores; o que confirma que eles não são em nada neutros.

Finalizando nossas considerações, observamos nos artigos de opinião que o uso do rótulo sempre nos remeteu a outros contextos, embora possa parecer redundante, não deixa de ser necessário ressaltar que o estudo produtivo da referenciação deve ultrapassar os limites impostos pelo contexto, pela materialidade linguística pura e simples, porque, se nos prendermos apenas ao que está posto reduziremos o ato enunciativo a uma construção linguística amputada de sua vida, da arena na qual se encontram os índices sociais de valores. Por isso, chegamos ao final deste trabalho acreditando que o estudo proveitoso do funcionamento argumentativo dos rótulos deve levar em consideração a arena valorativa na qual se insere o uso dessas expressões e a relação dialógica que o enunciado nas quais elas estão inseridas possui com outros enunciados.

Uma das características que mostramos no referencial teórico deste trabalho é que o objeto de discurso não é “a primeira vez” objeto de discurso de alguém. Portanto, a estratégia de referenciação que optamos por abordar nesta pesquisa já está ressaltada, contestada, questionada em outros trabalhos que inclusive nos auxiliaram na construção desta dissertação. Além disso, agora é apropriado ressaltar uma outra característica do objeto de discurso: ele é inexaurível. Em outros termos, nunca se fala o suficiente a seu respeito. Esperamos que o que não foi falado neste trabalho, ou o que não seja aceito nele, sirva de motivo para a produção de novos enunciados, contribuindo para a construção de novos elos da cadeia ininterrupta da comunicação humana.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Tales. O sorriso de Lula Lisa. **Veja**, 05 de maio de 2004. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

APOTHÉLOZ, Denis. **Role et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. Genève: Droz, 1995a.

_____. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, A. & R-Béguelin, M.J (ed). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. TRANEL, 23, p.143-173. 1995b.

APOTHÉLOZ, Denis, & CHANET, Catherine. Défini et demonstratif dans les nominalizations. In: DE MULDER, Valter e VETTERS, Carl. **Relations anaphoriques et (in)coherence**. Amsterdam: Rodopi, p. 159-186, 2003[1997].

_____; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (ed.). Du syntagme nominal auz objets-de-discours. *TRANEL*, 23, P. 227-271, 1995.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

AUTIER-REVUZ, J. Paroles tenues à distance. In: B. CONEIN, (dir). **Materialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, p.127-142, 1981.

BAKHTIN, Mikail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução não revisada de uso didático acadêmico, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993 [1920-24].

_____(VOLOSHINOV, V. N.). **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre a poética sociológica. Tradução, para uso didático, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993[1926].

_____(VOLOSHINOV, V. N.).. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec,1999[1929].

_____.Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-53]. Tradução: Paulo Bezerra. Coleção Biblioteca Universal. p. 261 – 306.

_____.O problema do texto. In: **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1959-61]. Tradução: Paulo Bezerra. Coleção Biblioteca Universal. p. 307- 335.

_____. **Freudismo**: um esboço crítico. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo. Perspectiva, 2001.

BRAIT, Beth & MELO, Rosinere. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: **Bakhtin**: conceitos-chave. BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser, ou A fabricação da realidade**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2003[1983].

CARVALHO, Maria Angélica Freire de Carvalho. **O funcionamento textual – discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. 2005. 135f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, IEL/Unicamp, Campinas/SP, 2005.

CAVALCANTE, M.M. **Demonstrativos - uma condição de saliência**. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. Fortaleza, 2001. Anais...Fortaleza, ABRALIN.

CONTE, Maria-Elizabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1996].

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e Ensino**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DASCAL, Marcelo. Models of Interpretation. In: STAMENOV, M. (ed.) **Current Advances in Semantic Theory**. Amsterdam: Jhon Benjamins, 1992.

DIONÍSIO, Mariléia Tenório. **A questão do valor na linguagem para (o Círculo de) Bakhtin**. 2010. 88f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006[2003].

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1994].

HARWEG, Roland. **Pronomina und Textkonstitution**. München: Fink, 1968.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Fenômeno. In: **Novo Dicionário etimológico de Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello Franco. **Dicionário eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. & MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação a produção discursiva. **DELTA** [online], v. 14, n. especial, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttext&pid=S010244501998000300012&lng=em&nrm=isso>. Acesso: 13 de abril de 2010.

_____. **Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. In: **Revista Calidoscópico**, v.04, n. 2. Mai/ago 2006b.

_____ & LIMA, Maria Luiza Cunha. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ & ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. A referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos rótulos. In: **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 16, n. 1, p. 201-213. Belo Horizonte: 2008b.

_____. **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Corte, 2008c.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Ana Cristina. (orgs.). **Referenciação e discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A propósito da metáfora. In: **Revista de Estudos Linguísticos.** Belo Horizonte, v.9, n. 1:71-89, 2000.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDONÇA, Gutman Uchôa de. Coisas de sabidos. **A Gazeta**, Vitória, 11 de agosto de 2009.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: **Bakthin: conceitos-chave.** BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003[1995]. (Coleção Clássicos da Linguística)

MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao Terceiro Milênio. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1997

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. In: **DELTA**, São Paulo, vol.18, nº.1, 2002. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502002000100005&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 24/01/2011.

PASSOS, Ângelo. Continente Armado. **A Gazeta**, Vitória, 18 de agosto de 2009, p. 4.

_____. Projeto Copa 2014. **A Gazeta**, Vitória, 04 de setembro de 2009, p. 6.

POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakhtin. In: FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo e Bakhtin. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006[2003], p.9.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: **Bakhtin**: conceitos-chave. BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

VIVALDI, Gonzalo Martín. **Géneros peridiódísticos**. Madri: Paraninfo, 1973.

WINTER, E.O. **Towards a Contextual Grammar of English**: The Clause and its Place in Definition of Sentence. London: Allen & Unwin, 1982.

ZAMPONI, G. **Processos de referência**: anáforas indiretas e nominalizações. Campinas. 2003. 273f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, IEL/Unicamp, Campinas/SP, 2003.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras?. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães [et al.] (orgs). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referência e outros domínios discursivos. Vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.